



Patrícia Glycerio Rodrigues Pinho

**Acesso às origens no contexto da adoção: demandas
e experiência no Judiciário**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a. Rebeca Nonato Machado

Rio de Janeiro
março de 2021



Patrícia Glycerio Rodrigues Pinho

**Acesso às origens no contexto da adoção:
demandas e experiência no Judiciário**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Rebeca Nonato Machado

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Lídia Levy

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Patrícia Glycerio Rodrigues Pinho

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 1994). Pós graduação em Saúde Mental da Infância e Adolescência (IPUB- UFRJ, 1997) e em Prevenção ao Uso de Drogas (UCAM, 2000). Formação em terapia de família no ITF- RJ (2000-2004). Trabalha como psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde, entre outras atividades, coordena o grupo de apoio à adoção "Café com Adoção", desde 2002.

Ficha Catalográfica

Pinho, Patrícia Glycerio Rodrigues

Acesso às origens no contexto da adoção : demandas e experiência no Judiciário / Patrícia Glycerio Rodrigues Pinho ; orientadora: Rebeca Nonato Machado. – 2021.

81 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Adoção. 3. Entrega voluntária. 4. Acesso às origens. 5. Poder judiciário. 6. Triade adotiva. I. Machado, Rebeca Nonato. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

Às entrevistadas Ana, Beatriz e Catarina, que gentilmente se disponibilizaram a compartilhar suas histórias, tornando possível a realização dessa pesquisa.

À professora Rebeca Nonato Machado, que com generosidade, dedicação, paciência e entusiasmo me acompanhou e orientou, trazendo contribuições essenciais para a elaboração deste trabalho.

À professora Lídia Levy por seu importante incentivo para meu ingresso no mestrado, bem como por sua relevante participação ao longo de minha formação profissional. Agradeço ainda por sua participação na banca.

À professora Terezinha Féres-Carneiro, pela sua valiosa contribuição na elaboração do projeto de pesquisa e sua disponibilidade em compor a banca.

À amiga Ítala Sandra del Sarto, pela inestimável colaboração na cuidadosa revisão, com pertinentes sugestões ao trabalho.

À Solange Diuana, companheira na coordenação do grupo "Café com Adoção" pela riqueza das trocas e amizade genuína desenvolvida ao longo desses anos.

Ao Lindomar Darós, amigo de profissão e companheiro no estudo da adoção, que com sua habitual disponibilidade, foi um interlocutor importante na organização de algumas ideias aqui apresentadas.

A meus amados filhos João Pedro e Rafaela, que seguem, cada um à sua maneira, me ensinando sobre muitas coisas que eu preciso aprender.

Ao meu marido, Rubens, pela parceria e apoio ao longo desses 30 anos de convivência.

A meus pais Roberto e Maria Lucila, por serem um porto seguro para mim e para toda a nossa família.

À minha analista, pela escuta cuidadosa e eficaz.

Ao CNPq, CAPES e PUC-Rio pelo incentivo à pesquisa, apoio financeiro e possibilidade de bolsa VRAC.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Pinho, Patrícia Glycerio Rodrigues; Machado, Rebeca Nonato. **Acesso às origens no contexto da adoção: demandas e experiência no Judiciário.** Rio de Janeiro, 2021. 81p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa, apresentada no formato de dois artigos, tem como objetivo geral investigar a amplitude do direito de acesso às origens, assegurado por Lei aos adotados. O interesse pela temática surgiu a partir de um atendimento paradigmático em uma das Varas da Infância do Estado do Rio de Janeiro, no qual a genitora buscou o Judiciário a fim de estabelecer contato com a filha que fora entregue para adoção há mais de 30 anos. Para atingir o objetivo geral do trabalho, refletimos sobre a importância de serem incluídos no estudo de campo os representantes de cada um dos vértices da tríade adotiva – família biológica, filho e família adotiva – frente às particularidades de sua dinâmica de funcionamento para a análise do tema proposto. Assim, realizamos entrevistas semiestruturadas em separado com a genitora, demandante do contato, a filha e a mãe por adoção. As entrevistas foram analisadas segundo o método de análise de conteúdo e as categorias emergidas do material coletado foram articuladas à literatura sobre entrega voluntária, busca de contato entre as famílias biológica e adotiva e mediação do Judiciário. Percebemos que a experiência do encontro mediado pela Justiça teve avaliação positiva dos envolvidos, funcionando de forma integrativa para os componentes da tríade. Entretanto, a inexistência de um protocolo específico para atuar em situações dessa natureza quase inviabilizou a intervenção técnica, o que aponta para a necessidade de alguma sistematização pelo Judiciário no atendimento a esse tipo demanda.

Palavras-chave

Adoção; entrega voluntária; acesso às origens; Poder Judiciário; tríade adotiva.

Abstract

Pinho, Patrícia Glycerio Rodrigues; Machado, Rebeca Nonato (Advisor). **Access to origins at adoption's context: demandas and experience at the Judiciary** Rio de Janeiro, 2021. 81p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present research, presented in the format of two articles, has the general objective of investigating the dimension of the right to access the origins, guaranteed by Law to adoptees. The interest in the theme emerged from a paradigmatic situation held in one of the Juvenile Courts of the State of Rio de Janeiro, in which the biological mother sought the Judiciary in order to establish contact with her daughter who had been voluntarily relinquished more than 30 years ago. To achieve the general objective of this work, we reflected on the importance of including in the field study the representatives of each of the vertices of the adoptive triad – biological family, adoptee and adoptive family - in view of the particularities of its dynamics for the analysis of the proposed theme. Thus, we conducted separate semi-structured interviews with the mother, the contact applicant, the daughter and the adoptive mother. The interviews were analyzed according to the content analysis method and the categories that emerged from the collected material were linked to the literature on voluntary relinquish, search and reunion and mediation by the Judiciary. We realized that the experience of the contact mediated by justice had a positive evaluation of those involved, working in an integrative way for the components of the triad. However, the lack of a specific protocol related to this kind of situation almost made the technical intervention in the case unfeasible, which points to the need for some systematization by the Judiciary on this type of demand.

Keywords

Adoption; voluntary relinquish; origin's access; Judiciary; adoptive triad

Sumário

1.	Introdução.....	10
2.	Entrega de filho: demanda e direito de reencontro no contexto da Justiça.....	22
2.1.	Introdução	24
2.2.	Metodologia	28
2.3.	Instrumentos e procedimentos	29
2.4.	Considerações éticas	29
2.5.	Resultados e Discussão	30
2.6.	Considerações finais	40
3.	Tríade adotiva e direito às origens: contato pós-adoção com mediação do Judiciário	44
3.1.	Introdução	46
3.2.	Método	50
3.2.1.	Participantes	51
3.2.2.	Instrumentos e procedimentos	51
3.2.3.	Considerações éticas.....	52
3.3.	Análise e discussão dos dados	52
3.4.	Considerações finais	61
4.	Conclusão	64
5.	Referências	70
6.	Anexos.....	75

6.1.	Anexo I	75
6.2.	Anexo II	76
6.3.	Anexo III.....	77
6.4.	Anexo IV	78
6.5.	Anexo V	79

1. Introdução

O interesse pelas questões da adoção surgiu da nossa experiência profissional como psicóloga, lotada em uma Vara da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro, em 1999, através de concurso público. Apesar de sempre termos experimentado certa curiosidade sobre o tema, não havíamos desenvolvido, até então, nenhum trabalho nessa área. Posteriormente, foi possível compreender que a curiosidade não deveria ser encarada como um anseio pessoal, mas estava associada à relevância da questão das origens para todos os indivíduos de forma universal, como se verá adiante, incrementando, assim, nossa inquietação a respeito.

O contato com o tema da adoção, portanto, fundamentou a necessidade de buscar maior embasamento técnico, a fim de aprimorar as intervenções nos casos cada vez mais complexos de crianças e jovens adotados com que nos deparávamos. Assim, ao longo do ano 2000, participamos de um estudo em que foram entrevistadas famílias após a consolidação da adoção legal objetivando, entre outros aspectos, compreender as fantasias e dificuldades vivenciadas a partir do primeiro encontro dos adotantes com a criança indicada bem como a aceitação dela pela família extensa (Levy & Pinho, 2003). Essa experiência foi marcante, contribuindo sobremaneira para nossa formação profissional, principalmente por ter possibilitado constatar que os vínculos paterno-filiais indubitavelmente podem ser estabelecidos através da adoção, afetando os envolvidos de formas diversas. Em alguns casos, os entrevistados relataram sua insatisfação pelo afastamento do Judiciário após concluído o processo, solicitando algum tipo de reaproximação. A título ilustrativo, recordamos de um telefonema, quando houve a apresentação do estudo e, do outro lado da linha, o interlocutor exclamou: “Até que enfim! Achei que nunca mais iam me procurar!”.

Nesse contexto e a partir do primeiro contato com pesquisa, passou a ganhar sentido a ideia de que os envolvidos na adoção estabeleçam com o Poder Judiciário uma relação diferenciada, tendo em vista ser portador da função de mediador das relações adotivas. Como resultado desta importante constatação advinda da pesquisa, organizamos um grupo de apoio à adoção vinculado à Vara da Infância, o que, na época, foi uma inovação, já que os grupos de apoio eram constituídos majoritariamente por iniciativa da sociedade civil através de pais adotivos e fora do

contexto jurídico. A ideia de que o Judiciário, mesmo após finalizado o processo de adoção, possa continuar contribuindo de alguma forma no atendimento às necessidades das famílias, será retomada ao longo do presente trabalho. Vale destacar que a inserção como profissional na área propiciou-nos um lugar privilegiado para acompanhar as transformações e desafios no contexto da adoção nos últimos 20 anos, ao longo dos quais o tema foi adquirindo crescente visibilidade.

Dentre os diversos casos atendidos como técnica do Judiciário, participamos da intervenção de uma das situações mais paradigmáticas da nossa experiência profissional. Trata-se de uma genitora, a quem chamaremos Ana, que buscou a Vara da Infância para solicitar contato com sua filha, Beatriz, após mais de 30 anos da prolação da sentença que havia deferido sua adoção. Este caso, que se iniciou a partir da entrega legal em adoção da criança, gerou intenso debate nas equipes de Psicologia e do Serviço Social sobre o papel do Judiciário na situação. Além disso, provocou inúmeras inquietações técnicas e éticas, despertando grande interesse de estudo por trazer de forma inédita o entrelaçamento dos temas entrega legal em adoção e direito às origens. Em acréscimo, o atendimento aos envolvidos motivou a procura de aprofundamento teórico sobre as questões levantadas, na tentativa de fundamentar indagações que emergiram da prática da Psicologia no contexto jurídico, conforme apresentaremos a seguir.

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a adoção tornou-se, sob o ponto de vista legal, uma forma legítima de constituir vínculos de parentalidade/filiação, equiparando-a ao laço biológico, sem qualquer distinção jurídica, entendimento que trouxe implicações diversas ao instituto. Em especial nos últimos anos, observamos mudanças significativas no âmbito legislativo, motivando inúmeras alterações no campo da adoção. As modificações observadas parecem ir ao encontro das produções teóricas e aspirações sociais referentes ao tema. Nessa conjuntura, em 2009 com o advento da Lei 12010 – Nova Lei da Adoção –, o direito de conhecer suas origens foi assegurado ao adotado. Apesar deste aspecto constar na Convenção de Direitos da Criança e do Adolescente (1989), sua definição legal constituiu-se como um marco importantíssimo, ao aumentar a luz sobre uma questão central na organização da filiação e parentalidade adotivas. A legislação vigente antes da promulgação do

ECA, somada à própria concepção social da adoção como filiação de segunda categoria, estimulava os envolvidos a manterem-na em segredo (Weber, 2014; Fonseca, 2012). Entretanto, as mudanças de percepção social acerca da adoção, acompanhadas pelos estudos desenvolvidos, muitos dos quais na área da Psicologia, contribuíram para a consolidação da ideia de que a criança deveria crescer conhecendo sua história de vida. No entanto, mesmo diante do consenso sobre a necessidade de os filhos adotivos saberem sobre suas origens, o tema segue como fonte de preocupação para os futuros pais. Observamos, com frequência, esse fenômeno nas reuniões dos grupos de apoio à adoção que recebem interessados em adotar, constituindo sua participação em etapa obrigatória para o processo de Habilitação para Adoção. Nesses encontros, percebemos que a necessidade de contar ao filho sobre a adoção aparece de forma emaranhada ao receio de eventual contato com a família biológica, sendo este um dos principais temores dos participantes. Tal percepção também é corroborada por Finamore & Silva (2019).

Segundo Anzieu (1993), há fantasias inconscientes que são muito semelhantes em todos os humanos e incidem sobre as origens. São fantasmas originários que estão relacionados às origens dos indivíduos, às diferenças entre os sexos e à sexualidade. No contexto da filiação adotiva, as informações ou mesmo a ausência de dados acerca das origens dos indivíduos podem intensificar tais fantasias, muitas vezes pouco promotoras de saúde mental, tanto por parte dos pais como das crianças.

Freud (1909) descreve a fantasia comum a todas as crianças, envolvendo a crença momentânea de que não seriam filhas de seus pais, mas de outros. Essa imaginação ganha contornos diferenciados no caso da adoção em virtude da realidade objetiva experimentada pelos adotados. Entretanto, de forma universal, o romance familiar ilustra a ambivalência dos filhos no processo de separação psíquica dos pais idealizados da infância. Nesse cenário, a adoção constitui-se como uma questão quer para filhos adotivos como para não adotivos, já que as fantasias do romance familiar possibilitam ao sujeito o contato com temas centrais para o ser humano como fertilidade/infertilidade, amor/ódio, aceitação/rejeição (Brinich, 1990).

Nesse sentido, as narrativas de filhos adotivos, tanto na literatura nacional (Luchese, 2020; Richardsson, 2017) como na estrangeira (Long, 2016) apontam a

relevância da questão da busca pelas origens em suas vidas, reforçando a ideia de que, apesar das particularidades envolvidas em cada caso concreto, existe algo de universal na temática, como já apontamos anteriormente. A busca pode abarcar o pedido formal de informações, bem como ações concretas visando à tentativa de contato com algum dos membros da família de origem (Muller & Perry, 2001a). Assim, diante da importância do conhecimento sobre as origens para a constituição psíquica dos sujeitos, vários autores (Machado, Féres-Carneiro, Magalhães & Mello, 2019; Schettini Filho, 2005; Weber, 2014) destacam a necessidade de os pais adotivos apresentarem disponibilidade em conversar com seus filhos sobre sua história pregressa de vida.

No entanto, ainda há pouco material referente à tentativa ou efetivação de um possível contato com a família de origem após a adoção, inexistindo um caminho formal a ser percorrido para sua factível concretização. No Brasil, não encontramos publicações referentes à realização desse tipo de intervenção pela Equipe Técnica do Judiciário.

No que se refere à adoção internacional, cabe destacar que foi divulgada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em dezembro de 2019, a resolução 19/2019 que aprova o fluxo de recebimento e processamento dos pedidos de acesso às informações sobre a origem biológica, encaminhadas por pessoas adotadas em território nacional por residentes no exterior. Embora as informações disponibilizadas *on line* destaquem a inexistência, no ordenamento jurídico brasileiro, de previsão legal para atendimentos às solicitações de acesso à atual localização de genitores/família biológica, foi organizado um fluxo específico para o atendimento de tais solicitações. É salientado, entretanto, que os pedidos recebidos ficam dependentes da disponibilidade de informações e de recursos humanos e tecnológicos dos Tribunais de Justiça do país. Como acabamos de explicitar, apesar da incipiente movimentação no que diz respeito às adoções internacionais, até o momento, não há um fluxo organizado para o atendimento de pedidos dessa natureza, realizados pelos envolvidos em adoções nacionais, que gozam, em tese, dos mesmos direitos dos adotados internacionalmente.

Long (2016), fundadora e diretora da ONG canadense *Inter Country Adoptee Voices*, organizou uma publicação com relatos de 40 adotados transnacionais sobre a busca pelas origens. Na introdução, ela enfatiza a responsabilidade dos governos

na implementação de processos adequados para apoiar a pós-adoção, em especial porque considera que a adoção é uma condição de toda a vida (*lifelong process*) e, portanto, não se finalizaria com a entrega, seja ela voluntária ou não, de uma criança para sua família adotiva. Os relatos apresentados enfatizam a necessidade de acompanhamento para o encontro com a família de origem, conforme observado no depoimento da organizadora. Ela própria, como filha adotiva, avalia que deveria ter recebido orientação e suporte anteriores ao contato por meio de intervenções que pudessem ajudar a vislumbrar aspectos e consequências do procedimento de busca.

Nos relatos dos filhos adotivos que estabelecem contato com a família de origem (Luchese, 2020; Richardsson, 2017), a busca é empreendida de forma isolada e amadorística, sem qualquer preparação prévia, a partir das redes sociais ou de contatos com familiares que participaram mais ativamente das entregas nos casos de adoções prontas que eram as mais comuns há alguns anos.

Em pesquisa que realizamos em agosto de 2020 no *Google* usando a frase “como encontrar sua família biológica”, surgiu como primeiro resultado o site de uma agência de detetives particulares, oferecendo serviços direcionados a tais situações. Entretanto, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos já organizaram procedimentos específicos a serem adotados pelos interessados, apontando não apenas a possibilidade como também uma clara normatização para esta busca. Nos Estados Unidos, encontramos o *Child Welfare Information Gateway*, site oficial do governo americano, ligado ao departamento de saúde e direitos humanos. A partir desse site, o interessado tem acesso a textos e à legislação de cada estado, bem como indicações de outros setores que poderiam auxiliar na procura das origens, havendo um tópico específico denominado “busca e reencontro” dentro do tema adoção.

No Reino Unido há um site mantido pelo governo, no qual é possível preencher formulários próprios para os adotados ou para a família de origem a fim de obter informações sobre a adoção. O pré-requisito é ser maior de 18 anos, sendo necessário efetuar o pagamento de uma taxa. É ressaltado que é preciso procurar um órgão específico para a realização de eventual contato. O Conselho de Adoção do Canadá centraliza informações sobre a adoção, apresentando como um tópico específico a busca de contato pós-adoção, destacando os cuidados necessários para efetivá-la.

Aqui no Brasil, a ausência de normativa quanto à preservação e arquivamento de dados referentes a crianças e adolescentes adotados ou institucionalizados faz com que muitos documentos importantes sejam perdidos (Fonseca, 2012; Nabinger & Chaves, 2014). Esse fato é um dificultador para os que buscam informações sobre seu passado, principalmente nas adoções que foram efetuadas anteriormente à vigência do ECA. O acesso a informações sobre suas origens é central para a constituição psíquica do sujeito, interferindo na organização de sua identidade e senso de pertencimento. No entanto, apesar de assegurado legalmente desde 2009, observamos que ainda não houve, no Brasil, discussões acerca desse direito em sua forma ampliada que inclui a necessária reflexão sobre o significado e desdobramentos de um possível contato pós-adoção entre os membros da tríade adotiva, temas que abordamos no presente trabalho.

Outra significativa contribuição ao ECA, acrescida em 2017 pela Lei 13509, refere-se à sistematização dos procedimentos de entrega legal em adoção. Buscou-se, assim, fazer a devida diferenciação entre entrega legal e abandono, conforme defendido nos estudos pioneiros de Motta (2006, 2014), que contribuíram para proporcionar visibilidade às mulheres que realizaram a entrega voluntária de seus filhos para adoção. Por ocasião das discussões sobre o assunto, realizadas antes da implementação da supracitada Lei, alguns grupos defenderam o retorno do mecanismo denominado Roda dos Expostos, através do qual os bebês eram deixados de forma anônima em instituições de caridade, providência que, via de regra, impossibilitava a coleta de informações acerca da autoria e das circunstâncias da entrega (Fonseca, 2009).

Importante relembrar aqui que a Roda dos Expostos funcionou em diversos países do mundo ocidental, numa tentativa de evitar o infanticídio e abandono de crianças indesejadas, resguardando o anonimato da entrega. No entanto, apesar de ter sido considerado, o retorno da Roda não se efetivou. Assim, notadamente em seu artigo 19A, o ECA estabeleceu dispositivos visando assegurar que a entrega de bebês para adoção fosse realizada de forma legal, mediada pela Justiça, preservando-se dados relativos à identidade dos pais, evitando-se a comercialização desse ato e elencando-se procedimentos a serem realizados. Assim, permaneceu

inalterado o direito de acesso do adotado às suas origens¹. Entretanto, vale destacar que, com as modificações trazidas pela Lei 13509/2017, passou a ser garantido à genitora o direito do sigilo em relação à entrega². Desta forma, ela passou a ter a prerrogativa de não compartilhar com o genitor ou família extensa sobre a decisão da entrega da criança, prerrogativa que garantiria o direito às origens exclusivamente em relação ao lado materno, já que o genitor e seus familiares poderiam, ao menos formalmente, não tomar ciência da decisão que, nesse caso, ficaria exclusivamente a cargo da genitora.

A questão do sigilo merece uma comparação com a experiência francesa do parto anônimo ou Parto sob X, em que a genitora opta por entregar o bebê sem que haja qualquer registro a respeito de sua identidade. Tal procedimento impede ao adotado ter conhecimento de sua história de vida e pode ajudar na compreensão dos desdobramentos da impossibilidade de acesso às origens. Assim, houve na França intensos debates sobre o direito às origens, estimulados por um caso emblemático que chegou à corte suprema, em que um filho demandava conhecer a identidade de sua mãe, o que acabou lhe sendo negado. Nesse contexto, em janeiro de 2002, foi criado o Conselho Nacional para Acesso às Origens Pessoais, cujo objetivo é facilitar o acesso às origens de crianças adotadas, sem, entretanto, pôr fim ao princípio do parto anônimo (Parto sob X), que segue vigorando na França. Por ocasião da entrega, as mães são orientadas a preencher um dossiê detalhado, o qual, com sua autorização, poderá ser posteriormente entregue ao filho, caso ele apresente solicitação após atingir a maioridade. No entanto, se ela entender que não deve autorizar, seus dados pessoais não serão compartilhados com o adotado, visto a compreensão vigente naquele país de que o direito ao sigilo da mãe prevalece ao direito do filho de acesso às origens (M.Iucksh, comunicação pessoal, 18/11/2020). Conforme destacado por Fonseca (2010), a busca de origens realça o aspecto relacional dos direitos, pois o direito de uma categoria afeta o direito de outras.

¹ Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

²Art. 19ª, § 9 ºÉ garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

Sob esse aspecto, Fonseca (2009) indaga sobre o papel do Estado no controle de informações que dizem respeito à filiação e à identidade, destacando ser esta uma questão atinente aos direitos humanos. Tais ideias parecem-nos valiosas para a compreensão do papel do Judiciário na operacionalização do resgate das origens dos interessados. Fonseca (2010), ao analisar a interação entre adotados adultos em busca de suas origens biológicas e as figuras de autoridade que detêm informações sobre elas, expõe que: “As consequências dos dispositivos legais dependem menos da lei formal do que dos mecanismos procedimentais que regem o aparato judicial no seu dia a dia” (p. 494). Tal afirmativa corrobora a importância de se pensar sobre um protocolo para as situações de busca pelas origens, a fim de que as decisões sobre o procedimento não se pautem exclusivamente em opiniões pessoais dos profissionais envolvidos.

A demanda encaminhada à Equipe Técnica

A situação de Ana, nome fictício, que pretendia fazer contato com a filha que entregara para adoção, foi encaminhada à Equipe Técnica através do processo original que havia deferido a adoção da menina Beatriz que, à época, tinha aproximadamente dois anos de idade. Os Autos foram desarquivados a pedido da Defensoria Pública, responsável pelo atendimento à genitora. Na petição elaborada, o defensor público, após expor brevemente a situação, ressalta que não havia fornecido à genitora qualquer dado da adotante ou da adotada, os quais constavam nos Autos, visando resguardar a privacidade e vontade da adotada quanto ao estabelecimento de contato. Diante desse contexto, cabe questionar se haveria a mesma postura caso a genitora tivesse constituído um advogado particular, pois ao acessar o processo ele passaria a dispor de informações relevantes sobre a adotante e a adotada, incluindo seus nomes e endereço na ocasião da adoção, podendo mesmo prescindir de apresentar qualquer requerimento após consulta ao processo. Na decisão judicial, foi deferido parcialmente o requerimento apresentado, sendo determinado o encaminhamento dos Autos:

À Equipe Técnica do juízo para que mantenha contato com a senhora Beatriz, noticiando à mesma o desejo de sua mãe biológica. Sendo positivo o contato, proceda-se ao relatório escrito e voltem conclusos.

Com a remessa do processo às equipes de Psicologia e Serviço Social, houve um entendimento inicial quanto à impossibilidade da atuação técnica. Parte dos profissionais não percebia como legítima a demanda apresentada pela genitora, justificando sua compreensão sobre o acesso às origens como direito a ser exercido exclusivamente pela filha. Um dos argumentos utilizados relacionava-se à possibilidade de a adotada desconhecer sua adoção, visto o longo tempo de 30 anos decorrido e a concepção prevalente à época sobre a manutenção do segredo da filiação adotiva. Questionavam ainda sobre a imprevisibilidade das consequências de uma intervenção dessa natureza, sem precedentes na trajetória dos profissionais atuantes na Vara.

Em reunião de equipe, não houve, após intenso debate, consenso sobre uma posição técnica a ser firmada. Alguns defendiam que, deferida a adoção, o Poder Judiciário não deveria incomodar a família para tal consulta, visto não ter sido um requerimento da própria filha, mas da genitora. Chegou-se a aventar que não caberia o recebimento do caso em uma Vara da Infância, visto a adotada já ser maior de idade. Por outro lado, alguns entendiam que deveria ser a própria adotada a se manifestar sobre esse fato, não podendo a Equipe Técnica tomar uma decisão sem possuir qualquer conhecimento objetivo da situação.

Ainda na discussão da situação, houve preocupação com as questões éticas envolvidas, considerando-se o longo período transcorrido, a falta de informações sobre o contexto atual das famílias, bem como o desconhecimento quanto à previsão legal sobre a prerrogativa da genitora em requerer uma possível aproximação, havendo ainda desconfiança sobre as reais motivações para um encontro. A propósito, vale apontar que, via de regra, as famílias adotivas apresentam condições socioeconômicas mais favoráveis que as famílias de origem, o que pode gerar, *a priori*, especulações sobre as razões para a solicitação do contato. No entanto, o fato de haver uma decisão judicial para a intervenção fez diferença na compreensão da situação, sendo que o grupo desfavorável à sua realização não conseguiu apresentar razões técnicas suficientes para justificar as dúvidas suscitadas quanto ao cumprimento da determinação judicial exarada nos Autos, entendendo-se assim que algum contato preliminar com as partes precisaria ser realizado. Nesse contexto, iniciou-se a intervenção da Equipe Técnica da Vara e, para tanto, voluntariamo-nos para atuar no processo em conjunto com uma Assistente Social.

Após a leitura dos Autos, foi realizado o planejamento da intervenção, entendendo-se pertinente a realização de entrevista inicial com a genitora para melhor compreensão acerca das suas motivações e, ainda, para dar-lhe alguns esclarecimentos, incluindo a possibilidade da não aceitação da jovem em encontrá-la.

Na interação com a genitora, ficou evidente sua carga de sofrimento, bem como o genuíno interesse em saber notícias da filha. Chamou atenção o fato de a entrega ter sido mantida como um segredo ao longo de mais de 30 anos. Obtida a concordância da filha, o encontro ocorreu nas dependências do Juízo, estando presente a tríade composta pela mãe, genitora e filha. A equipe optou por não participar ativamente da conversa e, assim, procedeu às apresentações e avisou que estaria disponível.

Finda a intervenção, foi disponibilizado o contato das profissionais responsáveis pelo caso e anexado o relatório técnico aos Autos. O Juiz determinou, então, abertura de vistas à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Em sua manifestação, o defensor destacou que:

...o caso concreto exemplifica o quanto a atuação estatal dentro dos ditames legais pode contribuir para a efetiva proteção de crianças e adolescentes. Assim, ante o brilhante resultado alcançado, pugna pelo retorno dos Autos ao arquivo.

A situação apresentada, apesar de um desfecho aparentemente satisfatório, suscita inquietações sobre a questão da busca pelas origens e seus desdobramentos. Após a finalização da intervenção, não houve qualquer contato por parte dos envolvidos com a Equipe Técnica da Vara da Infância.

Exposta a enorme complexidade sobre a questão, o presente estudo, cujo objetivo geral é investigar as dimensões e implicações do direito de acesso às origens nos casos de adoção, tem como objetivos específicos: 1) Pesquisar as especificidades da entrega espontânea de crianças em adoção; 2) Analisar a demanda e as motivações da família de origem no resgate do laço de filiação rompido; 3) Discutir as repercussões do estabelecimento de contato entre as famílias adotiva e biológica, buscando focar as possibilidades de mediação do Judiciário nesse processo.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos no presente trabalho, realizamos uma investigação de natureza qualitativa, buscando compreender de maneira

aprofundada os desdobramentos da situação descrita. Para tal, apresentamos dois artigos resultantes de uma pesquisa qualitativa com delineamento de estudo de campo. Inicialmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a genitora e com a filha. Depois, constatamos a necessidade de incluir também a mãe adotiva, pois percebemos que ela, de forma inequívoca, se fazia presente no relato das outras duas. Essa constatação nos fez atentar para a importância de ser considerada a tríade adotiva para a melhor análise da situação em questão. Utilizamos no exame do material coletado a técnica de análise de conteúdo em sua vertente categorial proposta por Bardin (2011), articulando as categorias encontradas à bibliografia estudada sobre entrega voluntária, busca de contato entre as famílias biológica e adotiva e mediação do Judiciário. Além das entrevistas, e a fim de melhor compreender a condução do caso na perspectiva legal, foi autorizado o desarquivamento do processo judicial para que fosse também incluído como fonte de dados para a pesquisa. Sendo assim, os artigos foram desenvolvidos considerando as questões mais relevantes emergidas da análise do material, alinhadas aos objetivos propostos.

No primeiro artigo, intitulado *Entrega de filho: demanda e direito de reencontro no contexto da Justiça*, buscamos problematizar a amplitude do direito de acesso às origens assegurado aos adotados em Lei, a partir do entrelaçamento das temáticas “entrega” e “reencontro”, com enfoque na perspectiva da genitora. Delimitamos duas categorias de análise: *Entrega em adoção e segredos* e *Reencontro: motivações e trajetórias*. A mediação do Judiciário no caso também foi discutida sob a compreensão de demanda da família biológica para a viabilização de contato.

No segundo artigo, *Tríade adotiva e direito às origens: contato pós-adoção com mediação do Judiciário*, analisamos a experiência da tríade adotiva – família de origem, filho, família adotiva – no contato pós-adoção mediado pelo Poder Judiciário, buscando compreender as repercussões desse encontro sob a perspectiva dos três vértices da referida tríade. A partir da análise intersujeito das três entrevistas, nas quais os sujeitos foram considerados no contexto inter-relacional, emergiram três categorias temáticas: *Tríade adotiva e busca de contato*, *Repercussões do encontro e direito às origens*, e *Mediação pelo Poder Judiciário*.

Cabe destacar que no segundo artigo optamos pelo uso do termo contato (*contact*) ao invés de reencontro (*reunion*), comumente utilizado em referência ao fenômeno estudado. Nossa opção está ancorada em March (1997), que aponta a importância do cuidado em relação aos termos escolhidos na descrição dos eventos estudados. Ela considera que o termo reencontro (*reunion*) presume um evento isolado, baseado numa relação pré-existente, o que não condiz com o entendimento de que, inexistindo uma relação prévia entre eles, o relacionamento entre mãe biológica e adotivo seria desenvolvido como um processo social.

Além disso, essa autora aponta que a palavra *reencontro* se relacionaria mais especificamente às genitoras, enquanto o termo *contato* poderia melhor descrever o fenômeno. Considera, ainda, a possibilidade de ser empregado também a outros familiares do adotivo, porventura existentes, com os quais não necessariamente teria havido contato anterior, como é o caso de irmãos. No primeiro artigo, optamos por priorizar o ponto de vista da mãe de origem, justificando, assim, o uso do termo *reencontro*, que levou em conta também sua convivência por dois anos com a filha antes de entregá-la em adoção. Todavia, concordamos com as ponderações apresentadas por March (1997) sobre a pertinência do uso dos termos *contato ou encontro*, ao invés de reencontro, tendo sido, por essas razões, a terminologia privilegiada no segundo artigo. Feitas tais considerações iniciais, apresentaremos os artigos.

2. Entrega de filho: demanda e direito de reencontro no contexto da Justiça

Resumo

As mudanças legislativas em relação à adoção vêm trazendo importantes repercussões para a compreensão do instituto. No presente artigo, temos como objetivo discutir as especificidades da entrega voluntária de uma criança para adoção no contexto da Justiça, e as motivações de demanda posterior da família biológica para a viabilização de um reencontro. Buscamos problematizar a amplitude do direito de acesso às origens assegurado aos adotados em Lei, a partir do entrelaçamento das temáticas “entrega” e “reencontro”. Esse trabalho parte de um caso paradigmático atendido em uma Vara da Infância, Juventude e Idoso do Estado do Rio de Janeiro que culminou com o contato mediado pelo Poder Judiciário entre a adotada e sua genitora por iniciativa desta. Enfocamos a discussão dessa experiência de entrega/reencontro na perspectiva da genitora, sendo realizada com ela uma entrevista semiestruturada após decorridos quatro anos do acolhimento de seu pedido à Justiça. A ausência de estudos brasileiros sobre a temática do reencontro, apesar do crescente interesse no tema, aponta para a concepção do assunto ainda como um tabu. Consideramos que a realização de contato entre os membros da tríade adotiva deve ser encarada como uma particularidade da adoção e não como um sinal de insucesso nos vínculos estabelecidos com a família adotiva. Apontamos a necessidade de mais pesquisas sobre a questão, incluindo-se a possibilidade da inserção do Judiciário na mediação de tais demandas.

Palavras-chave

Entrega voluntária; acesso às origens; adoção; psicologia jurídica; vínculos familiares.

Abstract

Legislative changes related to adoption have brought important repercussions for its social understanding. In this article, we aim to discuss the peculiarities of voluntary relinquishment in the context of justice, and the motivations of subsequent demand from the biological family to set a reunion. We seek to problematize the dimension of the right to access the origins, guaranteed by law to adoptees, based on the intertwining of the themes "relinquishment" and "reunion". This work is motivated for a paradigmatic situation held at a Juvenile Court in the State of Rio de Janeiro that culminated by the reunion of the adopted and her biological mother, at the initiative of the latter, mediated by the Judiciary. We focused on the discussion of the experience of relinquishment/reunion on the mother's perspective, through a semi-structured interview with her, four years after the acceptance of her request by the justice. The lack of Brazilian studies about reunion, despite the growing interest in the theme, points to the concept of the subject still as a taboo. We believe that the contact between the members of the adoptive triad should be seen as a peculiarity of the adoption and not as a sign of failure in the bonds established with the adoptive family. We point out the need for more research on the issue, including the possibility of the justice being responsible for the mediation of such demands.

Keywords

Voluntary relinquishment; origin's access; adoption; forensic psychology; family bonds.

2.1. Introdução

Entendemos que a compreensão social da adoção vem mudando significativamente nos últimos anos e, como consequência, novos temas têm surgido para discussão e reflexão. A princípio, o modelo de adoção baseava-se em uma tentativa de imitar a filiação biológica. Não raro, as adoções eram mantidas como segredo familiar e socialmente havia muitos preconceitos em relação aos filhos adotivos. Autores de diferentes nacionalidades como Roy (2020) no Reino Unido, March (2014) no Canadá e Fonseca (2010) no Brasil destacam que inicialmente a adoção visava preservar a ordem moral e social, já que as crianças adotadas eram, em sua maioria, fruto de gravidezes não planejadas e não aceitas socialmente.

Nesse contexto, o mecanismo da Roda dos Expostos, que existiu no Brasil por mais de 200 anos (1726-1950), certamente marcou a prática da entrega em adoção. Consistia num artefato de madeira fixado ao muro ou janela da instituição onde podia ser deixado o bebê, sem que a identidade do doador ficasse conhecida. Tal mecanismo visava essencialmente manter o anonimato das mães, facilitando a entrega de crianças a entidades de caridade e buscando evitar abandonos ou infanticídios.

Nesse arranjo, não permanecia qualquer registro sobre a história pregressa da criança, geralmente ainda um bebê. Ao longo dos anos, com as mudanças sociais e legislativas referentes à adoção, temos observado importantes transformações nesse contexto, destacando-se as recentes alterações no Estatuto da Criança e Adolescente ([ECA],1990) trazidas pela Lei 13509 (2017), objetivando regular a entrega voluntária dos filhos pelos genitores exclusivamente através do Poder Judiciário. Abreu (2002) aponta a ação sistemática de intermediários da adoção ao longo da história, especialmente pela falta de confiança na ação do Estado na resolução da questão. Destaca ainda a cumplicidade da Justiça para a realização de adoções irregulares, sem a necessária mediação legal no procedimento de registrar a criança de outrem como filho próprio, prática conhecida como “adoção à brasileira”.

Motta (2006, 2014) apresenta relevantes contribuições à compreensão do tema da entrega voluntária da criança para adoção, especialmente ao postular a diferença entre os conceitos de entrega e de abandono, distinção que contribuiu para diminuir os preconceitos em relação à genitora que toma tal decisão. Essa autora

entende que, contrariamente ao senso comum, muitas vezes a entrega pode estar associada mais a uma atitude de cuidado do que de descuido da genitora.

Apesar das inúmeras situações onde a criança não permanece sob os cuidados de sua mãe, percebemos que a ideia do mito do amor materno como instinto feminino persiste no imaginário popular, mesmo após o clássico livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (Badinter, 1985). A despeito do grande destaque desta publicação, ainda se observa a sacralização da maternidade e a pouca compreensão acerca da posição de algumas mulheres que decidem não permanecer com seus filhos. O senso comum tende a rotular essas mulheres como pessoas “desalmadas”, “mães desnaturadas” (Faraj, Machado, Siqueira & Campelo, 2017; Leão, Martins, Faraj, Siqueira & Santos 2014; Mota, 2006, 2014) ou mesmo “mulher monstro” (Barbosa, 2011). No entanto, a canadense March (2014) ressalta que os estudos já realizados sobre o tema indicam que muitas mães biológicas permanecem com sentimentos residuais de desvalorização, culpa, raiva, vergonha e sofrimento como resultado da experiência da entrega, o que coincide também com pesquisas realizadas no Brasil (Faraj et al. 2017; Menezes & Dias, 2011; Mota, 2006). Um outro importante aspecto observado refere-se à ausência do genitor nos procedimentos envolvendo a entrega voluntária de crianças para adoção (Leão et al., 2014; Menezes & Dias, 2011). Nessa esteira, o uso do termo *pais biológicos*, na realidade mascara o fato de que efetivamente são exclusivamente as mães que são implicadas nas pesquisas, políticas e práticas concernentes à adoção (March, 2014).

A retirada de uma criança de sua família de origem para inserção em nova família, com a qual ela não possuía relação prévia, era considerada como um novo começo para o qual não seriam levadas memórias ou conexões anteriores (Roy, 2020). Do ponto de vista dos adotantes, qualquer problema que os impediu de ter um filho biológico – em muitos casos a infertilidade – estaria resolvido com a chegada de um bebê. Nesta perspectiva, os adotantes eram estimulados a não levar em conta o passado da criança adotada, julgando que esse não teria qualquer relevância para seu posterior desenvolvimento. Essa ideia reforça a opção por adoção de bebês, pois acreditava-se que não haveria qualquer registro, por parte da criança, em relação ao seu passado. Importante destacar que também os profissionais que trabalham com a questão podem compartilhar compreensões

baseadas na concepção descrita, que ainda é fortemente respaldada pelo imaginário social.

Nesse sentido, Fonseca (2012), em estudo relativo a adoções realizadas nas décadas de 1950-1970, buscou analisar a questão da entrega em adoção e compreender por que os detalhes de cada situação foram sistematicamente silenciados pelos pais adotivos, pelos intermediários e pelas autoridades estatais. Em seu entender, parece haver uma colaboração tácita entre os pais adotivos e os diversos órgãos responsáveis pelos registros da nova filiação, como, por exemplo, o Poder Judiciário e as instituições de acolhimento. Observou ainda, através da análise dos processos judiciais da época, que esses permaneciam completos de informações quando se tratava de uma adoção intrafamiliar, o que não ocorria quando a situação envolvia pessoas desconhecidas. Assim, apontou que a ausência de registros de dados sobre as famílias de origem nos processos de adoção trazia desdobramentos significativos em situações de busca às origens efetivadas posteriormente.

A forma por meio da qual a família adotiva recebe a história pregressa da criança provoca importantes reflexos para a organização familiar e a cadeia de representações ligadas à subjetividade do adotado. Pelo que observamos na prática profissional dos Psicólogos no contexto da Justiça e na participação em reuniões de grupos de apoio à adoção, a questão das origens ainda gera inseguranças às famílias adotivas, despertando inúmeras fantasias que podem interferir na organização da nova dinâmica familiar em construção, especialmente quando há qualquer segredo perpassando a adoção.

Alguns pais adotivos acreditam que o fato de o filho ter informações sobre sua história de vida anterior à adoção poderia lhes causar sérios problemas. Em vista disso, questionam a necessidade de abordar com as crianças o assunto, argumentando que seria melhor “esquecer o passado”. Esta posição muitas vezes está associada às suas próprias dificuldades em lidar com questões relativas à infertilidade, a qual, ainda hoje, surge como motivação para se buscar a adoção na maioria dos casos. (Ghirardi, 2015; Paulina, Ferreira, Bobato & Becker, 2018).

A curiosidade sobre as origens por parte da criança adotada pode aparecer em diferentes fases de seu ciclo de vida, influenciando a organização da família constituída pela via da adoção, sobretudo convocando-a a um manejo constante

desses questionamentos (Machado, Féres-Carneiro, Magalhães & Mello, 2019). Conforme destacado pelas autoras “a condição de adoção se impõe ao sujeito e realça o enigma da origem inerente ao ser humano” (p.2). Ao longo dos anos, à medida que cresceram os estudos e a literatura sobre o tema, a visão que desconsidera a história pregressa da criança adotada foi mostrando-se equivocada, (Roy, 2020).

Nessa esteira, o ECA (1990) com as modificações advindas da Lei 12010 (2009), conhecida como “Nova Lei da Adoção”, passou a assegurar o direito do adotado a ter acesso às suas origens, o que trouxe repercussões importantes para a compreensão da filiação adotiva. No entanto, a Lei deixa de se pronunciar sobre os procedimentos relacionados ao acesso às origens, que abrange de forma ampla o sentido de conhecimento da própria história e pode abarcar, entre outros aspectos, a possibilidade de encontro com algum membro da família biológica. Nesta perspectiva, encontramos alguns estudos (Godon, Green & Ramsey, 2014; Koskinen & Böök, 2019) explorando as consequências do contato entre o adotado e sua família de origem. Godon et al. (2014), após revisão bibliográfica sobre o reencontro, encontraram que a experiência foi avaliada predominantemente de forma positiva pelos envolvidos, apontando, então, que essa possibilidade não deve ser considerada como um fator de insucesso da adoção, mas analisada em sua singularidade.

March (2014) buscou compreender as implicações, a longo prazo, da busca pelas origens na perspectiva da família biológica, destacando a necessidade de serem organizados mais estudos nesse campo. Na revisão bibliográfica sobre o tema, não encontramos pesquisas realizadas no Brasil envolvendo a questão do contato posterior entre filhos adotivos e família de origem.

Diante do cenário mencionado, temos como objetivo no presente artigo discutir as especificidades da entrega espontânea de uma criança para adoção no contexto da Justiça, e as motivações de demanda posterior da família biológica para a viabilização de um reencontro. A problematização dessa questão ocorreu a partir do atendimento de um caso na Vara da Infância que, em especial, despertou necessidade de buscar aprofundamento teórico, na tentativa de fundamentar questões que emergiram na prática da Psicologia no contexto jurídico, notadamente com relação ao acesso às origens. Trata-se da situação de uma genitora que

procurou o Judiciário para solicitar contato com sua filha após mais de 30 anos da prolação da sentença que havia deferido a adoção.

Este caso, que se iniciou a partir da entrega espontânea em adoção da criança, despertou intenso debate nas equipes de Psicologia e do Serviço Social, trazendo inúmeras inquietações técnicas e éticas, configurando-se como uma situação rara. Não encontramos na literatura brasileira pesquisada registros de outras situações semelhantes. Assim impôs-se um interesse em refletir sobre a demanda de acesso às origens sob o enfoque não somente do adotado, mas também da família biológica e adotiva, compondo um amplo estudo sobre motivações e dimensões do direito às origens em casos de famílias constituídas por meio da adoção. Face à efetivação de contato entre as famílias de origem e adotiva, compreendemos o surgimento de múltiplas repercussões para todos os envolvidos: genitores, a pessoa adotada, adotantes e profissionais da justiça. A experiência no atendimento do referido caso apontou para a necessidade/possibilidade da intervenção do Judiciário *a posteriori*, ou seja, após finalizado o processo de adoção que, a princípio, concluiria sua participação.

2.2. Metodologia

Sobre esse caso derivado da prática técnica na Justiça, caracterizado como único por sua peculiaridade entre as ocorrências diárias do trabalho do Psicólogo no contexto jurídico, foi realizado um amplo estudo composto por múltiplos dados: os documentos técnicos do processo e entrevistas semiestruturadas realizadas cerca de quatro anos após o encontro entre a genitora e a filha, mediado pela Justiça. Segundo Yin (2015), a análise de casos peculiares pode favorecer descobertas ao criar *insights* sobre as situações usuais.

Foram entrevistadas, separadamente, a genitora Ana de 58 anos, sua primeira filha Beatriz, 33 anos, e a mãe por adoção, Catarina, de 62 anos. Cada entrevistada preencheu uma pequena ficha biográfica com informações objetivas para melhor compreensão de seu contexto atual de vida. A genitora Ana, viúva, negra, declarou como escolaridade primeiro grau incompleto. Após a entrega da sua primogênita, teve mais três filhos com o companheiro falecido, que não era pai biológico de Beatriz. A filha Beatriz, por sua vez, declarou-se negra, separada, com curso superior incompleto, possui uma filha em idade pré-escolar e é filha única de

Catarina, branca, solteira, com curso superior completo, que realizou uma adoção monoparental.

No presente artigo enfocaremos a perspectiva da genitora. Assim, a entrevista com ela realizada foi submetida ao método de análise de conteúdo em sua vertente categorial (Bardin, 2011). Tal escolha apresenta-se relevante, pois se constitui como uma investigação empírica que possibilita a compreensão do fenômeno contemporâneo de demandas de resgates dos laços de filiação biológica, dentro de um contexto real de trabalho na Justiça, porém, ainda apresentando-se como situações raras.

2.3. Instrumentos e procedimentos

Como instrumento foi utilizada uma entrevista com roteiro semiestruturado com a genitora Ana, que procurou o Judiciário pretendendo contato com sua filha, Beatriz, quatro anos após ter sido efetivado o reencontro.

A entrevista com a genitora foi realizada presencialmente, transcrita na íntegra e submetida ao método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Optamos por este tipo de análise, pois entendemos que ele nos permite investigar os conteúdos manifestos e latentes no material narrativo e as associações realizadas, bem como os significados atribuídos às situações descritas pelo participante. A partir de uma leitura flutuante, agrupamos os temas recorrentes, identificando-os e relacionando-os, emergindo duas categorias de análise: *Entrega em adoção e segredos*; e *Reencontro: motivações e trajetórias*.

2.4. Considerações éticas

A pesquisa seguiu as recomendações éticas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (2012). O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio -protocolo 132/2019.

Por ocasião da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e preenchida uma pequena ficha biográfica a fim de obter algumas informações relevantes para a compreensão do contexto de vida da entrevistada.

2.5. Resultados e Discussão

Entrega em adoção e segredos

Esta categoria se refere à experiência de entrega voluntária de um filho para adoção por parte da genitora, sendo uma das formas pela qual uma criança pode ser disponibilizada para adoção. Há, ainda, outras maneiras de a adoção ser viabilizada. Em uma delas, os pais são destituídos do poder familiar através de processo judicial, mediante situações de descumprimento dos seus deveres, geralmente relacionadas a situações de negligência ou maus tratos. Nestes casos, antes da adoção, a criança pode permanecer em instituição de acolhimento, tentando-se inicialmente uma reintegração à família extensa, consoante à Lei. Em outras situações, a criança pode ser deixada em hospitais ou locais públicos, ou ainda, como no caso em análise, a adoção pode se iniciar a partir da entrega espontânea da criança pelos pais. Nessa última hipótese, há uma concordância objetiva e subjetiva dos genitores frente ao processo de adoção, que traz especificidades quando comparada às demais situações.

Nesse sentido, no campo do Direito, há uma distinção entre a destituição do poder familiar, que estaria relacionada a uma punição aos pais por terem cometido falhas no cumprimento de suas responsabilidades, e a extinção do poder familiar aplicada no caso da entrega voluntária da criança, mediante a concordância dos genitores. A entrega para adoção é marcada por alguma impossibilidade manifestada pelos pais em permanecer com o filho. No entanto, poderia ser observada nessa atitude uma genuína preocupação em preservar a vida da criança. Como contraponto à entrega em adoção, Menezes e Dias (2011) propõem definir a noção de abandono como um ato praticado sem a preocupação com a sobrevivência do bebê. Na entrevista realizada com Ana, que efetivou a entrega da filha em adoção quando a menina tinha aproximadamente dois anos, foi possível perceber que havia para ela uma diferenciação entre o ato da entrega e o do abandono, ao qual se referiu de forma espontânea, manifestando a presença da preocupação em assegurar o bem estar à filha com a seguinte afirmação:

É porque eu sofri muito. Então, na época eu estava no sofrimento (...) Aí eu falei, eu vou pegar ela e deixar ela num lugar para ficar lá, ser bem tratada... Eu dou graças a Deus que não peguei minha filha bebezinha, já pensou? E jogar, assim. Isso graças a Deus eu não fiz não, jogar... isso eu não fiz não.

No Brasil, Motta (2006, 2014) foi pioneira na discussão da entrega voluntária em adoção, enfatizando a perspectiva das mães que assim decidiam. As ideias da autora associam a entrega a uma atitude de cuidado e contribuíram sobremaneira para que pudessem ser debatidas as especificidades dessa ação, atribuindo-lhe significado diferente do ato de abandonar o filho. Quando o bebê é deixado em via pública, ato que se insere na concepção de abandono, a notícia costuma ganhar significativo destaque na mídia, causando forte comoção social (Fonseca, 2009; Motta, 2006). Embora provoque intensa mobilização, essa atitude não representa a situação estatisticamente mais comum.

Observamos que a questão do abandono surgiu espontaneamente na entrevista com a genitora como uma possibilidade não aceita por ela, mas, de certa forma, considerada como uma opção. Podemos supor que, em alguns casos, a entrega pode estar protegendo a criança de um ambiente hostil ou mesmo da ambivalência e vulnerabilidades da genitora, o que reforça a importância de ser oferecido o lugar de escuta diante da manifestação do desejo de entrega em adoção. Sob esse viés, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) organizou, em 2017, a campanha *Entregar de forma legal é proteger* que contou com produção de cartilha com informações e instruções, buscando conscientizar a sociedade sobre a legalidade da entrega de crianças pelos seus genitores à Justiça da Infância e da Juventude, bem como orientar os profissionais da rede sobre o tema (TJRJ-CEVIJ, 2017). Em 30 de outubro de 2019, foi promulgada no Rio de Janeiro a Lei Estadual 8594 (2019), instituindo o programa de orientação à entrega voluntária de bebês em adoção, objetivando, entre outros aspectos, a humanização do procedimento de entrega do nascituro.

A questão da entrega voluntária de crianças para adoção, um procedimento antigo e presente em várias culturas, como constatamos, vem ganhando maior visibilidade no Brasil. Em especial, como decorrência das alterações ao ECA (1990) trazidas pela Lei 13509 (2017) que buscaram regular a entrega dos filhos em adoção pelos genitores através do Poder Judiciário, o que historicamente não se configurava como o procedimento mais comum. Ocorria que muitas vezes os bebês encontravam novas famílias graças à atuação de “cegonhas”, geralmente profissionais da área de saúde ou assistência que, por conta própria, procuravam em suas redes sociais interessados em ficar com as crianças (Abreu, 2002; Fonseca,

2012). Tal prática não encontrava qualquer respaldo legal, mas era bastante comum e socialmente aceita.

Com as modificações ao Estatuto, passou a constar explicitamente a obrigatoriedade de as maternidades encaminharem ao Poder Judiciário as genitoras que manifestem intenção de entregar os bebês em adoção, prevendo-se sanções aos profissionais que descumprirem tal orientação. Esse ordenamento traz para a esfera judicial a responsabilidade de efetivar as adoções, tirando-a do âmbito privado.

Na narrativa da genitora entrevistada, percebemos que havia uma postura cuidadosa com a filha na atitude de entrega. Tal vivência serviu como núcleo da crença de pensar na possibilidade de um reencontro, o que, em sua concepção, não seria possível caso tivesse procedido de outra forma. Apesar da racionalidade de que a entrega havia sido um ato de preocupação, Ana vivia uma ambivalência promovida pela culpa, o que a levava a considerar importante o olhar e os significados construídos pelos outros quando comentavam sua história e seu ato. Ao lembrar o discurso de um conhecido ante sua revelação sobre a entrega da criança, menciona: *“Se você fosse uma pessoa ruim e tivesse feito ruindade com a sua filha, Deus não teria colocado ela no seu caminho de novo. Eu acredito nisso.”*.

Uma hipótese levantada acerca da quantidade ainda pouca expressiva de casos de entrega em adoção por meio do Poder Judiciário está relacionada à ideia de que genitoras apresentam medo e vergonha de sua escolha/necessidade de separar-se do filho. Temem ser criminalizadas por seu ato e serem vítimas de preconceitos diante de sua decisão de não permanecer com a criança. Foi possível percebermos na narrativa da entrevistada a presença significativa de sentimentos de vergonha e culpa, pois, ao ser perguntada se houve mudança após a entrega da filha ao Juizado, relatou: *“Muito remorso, muita culpa. Desde então, venho carregando culpa e remorso, culpa e remorso sempre, sempre.”*.

Tais sentimentos podem ter contribuído para sua decisão de não revelar para ninguém sobre a entrega que manteve como um segredo até a efetivação do reencontro, quando compartilhou o acontecido com seus filhos e demais familiares. Assim, quando indagada pelos parentes acerca da filha, justificava que a havia deixado aos cuidados de uma madrinha:

Não tive coragem de falar. Eu falava que ela não *tava* adotada, não. Eu falava que ela *tava* com a madrinha dela... Eu não falava não, eu tinha vergonha. A verdade é essa, entendeu. Vergonha.

Um dos efeitos da falha ambiental que parece ter reverberado na mãe relaciona-se à impossibilidade de elaboração e reparação do ato de afastamento da filha, pois, se por um lado a vergonha a impede de falar abertamente com os familiares, por outro, os familiares também colaboraram com o segredo ao não buscarem qualquer informação adicional sobre a situação, conforme observamos no trecho destacado acima. Nesse contexto, diferente do senso-comum que relaciona o ato da entrega à falta de humanidade da genitora, Ana demonstrou sofrimento e sentimento de culpa diante do reconhecimento da impossibilidade de dispensar cuidados à criança, efeito similar ao apresentado nos demais estudos em que foram entrevistadas mães biológicas (Faraj et al., 2017; March, 2014; Menezes & Dias, 2011; Mota, 2006).

Porque eu morei com esse homem... ele era muito ruim comigo... Muito mau mesmo. Meu sonho era separar dele e ir atrás dela. Era meu sonho, mas eu não conseguia. Já até quando era pequenininha eu fugia com ela, eu fugia dele, ele ia atrás de mim...

Em sua fala, Ana refere-se ao companheiro, que não era o pai biológico de Beatriz, e com quem permaneceu convivendo após a entrega da filha, tendo posteriormente três filhos com ele. Ainda que estivesse cercada de familiares à época, como por exemplo, seus irmãos e a madrinha da menina, Ana não conseguiu amparo em sua rede familiar, situação que indica uma possível falha desta rede quanto à possibilidade de acolhimento e inserção da criança, bem como de sua situação de vulnerabilidade. Após ter sido entregue, a criança Beatriz parece ter adquirido um *status* de invisibilidade na família biológica, já que diante da justificativa de que estaria sob os cuidados da madrinha, não foi mais procurada por qualquer familiar, tampouco pelo pai. Tal cenário nos faz questionar, sob uma perspectiva sistêmica do fenômeno, que os familiares participaram dessa trama de silêncio e vulnerabilidades.

Apesar da compreensão, senão da expectativa, de que a família pode funcionar como uma importante rede de apoio, o legislador acena com a possibilidade de a genitora optar por não compartilhar com familiares sobre sua opção de entrega do filho em adoção, ao garantir-lhe o direito de sigilo sobre sua decisão (ECA, 1990, art. 19A, § 9). O sigilo se aplicaria ao genitor e à família

extensa e não à identidade da própria mãe, já que permanece assegurado à criança o direito ao acesso às suas origens. Assim, cabe apontar a compreensão do legislador acerca da maternidade como uma questão eminentemente feminina, reforçando a percepção da pouca participação paterna no processo decisório quanto à entrega (Faraj et al., 2017; Leão et al., 2014; Motta, 2014).

Na esteira dessa constatação, destacamos o estudo no qual foram analisados seis processos envolvendo a entrega de criança em adoção, que tramitaram em Juizado situado em uma cidade do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa, os autores observaram que nenhum pai foi chamado pela Justiça a participar do processo (Leão et al., 2014). No caso de Ana, sua filha não havia sido registrada pelo genitor e, quando procurou o Poder Judiciário, ela não forneceu nenhuma informação sobre ele, confirmando que a decisão quanto à entrega aparece como sendo unicamente materna, excluindo-se o pai e demais familiares.

Motta (2006) aponta a importância de se estudar ações visando à profilaxia de uma “entrega mal elaborada”, alertando ainda sobre a necessidade de se cuidar da mãe para que ocorra o devido cuidado com a criança, pois se a genitora permanece com seu filho sem efetivamente desejar fazê-lo, futuramente poderá submetê-lo a situações de violência. Nesse sentido, é essencial refletir sobre a necessidade de organizar intervenções que poderiam colaborar para um apoio à elaboração do ato da entrega. Observamos que, na situação estudada, a entrevistada esteve uma única vez na Vara da Infância, ocasião em que manifestou concordância com a adoção.

Foi um dia só. Eu fui com ela e ela ficou. A gente ficou juntas até a noite. Aí o negócio de adoção, eu não entendia muito bem na época. Eu sei que assinei, mas não sabia que tava assinando uma adoção, pra dar ela de vez. (...) A gente vê coisas na vida que a gente pensa que aquilo que é a solução, mas às vezes... eu não sei. Mas, eu nunca quis separar da minha filha.

Identificamos através do relato que nada foi explicado à criança sobre a separação de sua mãe, bem como que as informações sobre a questão da irrevogabilidade da adoção parecem não ter sido bem assimiladas pela genitora. A experiência da entrevistada e sua ambivalência quanto à decisão da entrega corroboram os achados das pesquisas já realizadas, no sentido de se verificar nas situações de entrega em adoção uma mescla de vulnerabilidades objetivas e

subjetivas, incluindo-se a ausência de rede de apoio efetiva, o que remete à vivência de desamparo.

Eu tava num momento difícil de minha vida e complicado... E eu não tive mãe nem pai. Perdi meus pais cedo, cedo. Se eu tivesse uma mãe, do meu lado, de repente ia me dar uma estrutura legal. Eu tava praticamente sozinha mesmo! É porque eu sofri muito. Então na época que eu estava no sofrimento, eu acho até que eu estava deprimida, se eu não me engano...

Schettini Filho (2005), sem especificar quantos casos analisou, constatou, em entrevistas realizadas com pais que doaram seus filhos, que o filho doado nunca é esquecido. March (2014) aponta que os genitores apresentam preocupação com o destino de seus filhos colocados em adoção, sendo frequente entrarem em contato com as agências mediadoras da adoção para saber se a criança estava bem e se de fato havia sido colocada em uma família substituta. Essa também foi a experiência de Ana: *“Eu nunca esqueci minha filha. Eu nunca esqueci a data de aniversário dela. ...Eu nunca tirava ela da minha cabeça (...) e ficava imaginando como ela estava, será que está bem?”*

Diante de tais constatações, cabe considerar uma ligação psíquica dos genitores com a criança que é entregue em adoção. Nas entrevistas com mães que realizaram entrega voluntária (Faraj et al., 2017), a principal justificativa para esse ato se associava à preocupação com o futuro da criança, o que é corroborado pela nossa entrevistada.

Se a minha filha tivesse sido criada comigo, com a situação que a gente vivia, talvez ela não ia ser essa pessoa que ela é hoje. Tá me entendendo? Porque mexe muito com o psicológico da criança. Porque eu só queria o bem dela.

Como podemos identificar no relato, a entrega veio associada à ideia de que a filha poderia ser uma pessoa melhor se afastada do contexto no qual a genitora vivia. Acreditamos que esse ato pode ser entendido como um investimento psíquico amoroso, indicando conexão com a criança, apesar da extrema vulnerabilidade para a continuidade do laço de parentalidade e filiação.

Reencontro: motivações e trajetórias

Nessa categoria discutimos as possibilidades de serem efetivados contatos entre as famílias de origem e adotiva, buscando compreender as motivações e expectativas presentes na ideia de um possível reencontro. Para nossa entrevistada, a falta de notícias da filha permaneceu como um aspecto presente em sua vida: *“A*

pior coisa é você saber que tem um filho seu e que você não sabe onde está. É a pior coisa! É muito ruim.”.

Muller e Perry (2001a) definem o ato de busca abrangendo dois espectros: a) qualquer tipo de solicitação formal de informações básicas, seja através da agência de adoção, do Tribunal de Justiça ou de um consultor de busca ou detetive particular; e b) esforços concretos para obter contato com um membro de sua família de nascimento. Embora focado no adotado, entendemos que essa conceituação pode ser também aplicada sob a perspectiva dos demais envolvidos na tríade adotiva, composta pelos pais biológicos, filho e pais adotivos. A compreensão dessa tríade envolve as triangulações e fantasias presentes nas relações intersubjetivas que se constituem entre seus membros. Na narrativa em estudo, Ana colocou de pronto seu interesse no estabelecimento de contato com a filha e, em vários momentos da entrevista, mencionou espontaneamente a mãe adotiva com sentimentos de gratidão: *“Mas ela (a mãe adotiva) falou para mim que nunca escondeu da Beatriz que era adotada. Nunca escondeu a origem da Beatriz, nunca, sabe? E isso a gente achou muito bacana nela.”.*

O conhecimento de que a filha sempre soube de sua adoção e história, acreditamos, propiciou à genitora o sentimento de que sempre fez parte da vida de Beatriz mesmo à distância, o que não aconteceria se ela tivesse ignorado informações sobre seu passado. Fica claro como os movimentos de busca pelas origens afetaram o instituto da adoção, as agências de adoção e os membros da tríade adotiva, bem como a compreensão cultural dos vínculos de família (Muller & Perry, 2001a). Assim, ao se assegurar o acesso dos adotados a seus registros, se impôs uma nova forma de conceber a adoção, exigindo de todos a revisão de alguns significados. Isto inclui o questionamento sobre as motivações dos integrantes da tríade adotiva em buscar informações sobre o contexto de vida atual dos demais envolvidos na adoção. Ainda segundo os autores, tradicionalmente a busca pela família de origem era encarada como uma expressão de deficiência da pessoa adotada ou como indicativo de problemas dos vínculos afetivos dentro da família adotiva. Mais recentemente, essa visão tem sido contestada, e têm sido estudadas explicações alternativas para a busca.

Modell (1994) entrevistou 20 pais biológicos (*birth parents*), sem especificar se eram pais ou mães, integrantes de um grupo de ajuda mútua direcionado a pais

biológicos que tiveram um filho adotado. O grupo funciona nos Estados Unidos desde 1976, congregando cerca de três mil membros. Dentre os entrevistados, somente quatro não tinham a intenção de realizar a busca pelo filho. Destacou que os genitores apresentaram mais dificuldades do que os filhos adotivos na efetivação da busca. Os técnicos envolvidos no sistema de adoções não demonstravam simpatia em relação às suas aspirações, ponderando que o encontro com os pais biológicos poderia não atender aos interesses do adotado e violaria a confidencialidade que havia sido de certa forma prometida à família adotiva. Menezes e Dias (2011), após entrevistarem seis mulheres que tinham realizado a entrega dos filhos para adoção de forma voluntária, concluíram que “algumas alimentam a expectativa de reencontrar os filhos doados, duas não demonstraram sentir qualquer afeto por eles” (p. 961), posição que reforça a inadequação quanto a generalizações. Tal dado evidencia a relevância dos Psicólogos que trabalham no contexto da Justiça estarem preparados e desprovidos dessas generalizações para melhor exercer sua prática.

Desde muito tempo [tinha o desejo de realizar um reencontro com a filha biológica]. Isso vem remoendo, eu venho trazendo isso comigo, sabe? Pra reencontrar ela, sabe? Eu tinha aquilo, certeza que eu ia encontrar ela. Olha! Eu andava na rua, olhava essas meninas, sabe, ficava imaginando minha filha, sabe, ficava imaginando. Podia ser minha filha...

O trecho acima corrobora as conclusões apresentadas na pesquisa conduzida por Modell (1994), que associam a intenção de busca experimentada pelos pais biológicos a um "desejo constante" em saber sobre o destino do filho entregue em adoção. Assim, na perspectiva dos pais de origem, nada saber sobre o seu filho seria passar a vida na angústia de sempre se perguntar sobre ele. Cabe ponderar que os entrevistados na supracitada pesquisa já se encontravam de certa forma mobilizados pela questão, pois voluntariamente estavam engajados em um grupo de apoio voltado aos pais biológicos de filhos adotados, o que indica que essa temática já ocupava um espaço em suas vidas. Entendemos que tal narrativa, ao privilegiar os participantes de um grupo de apoio, pode excluir inúmeros pais biológicos que não se mobilizam com a questão da busca de informações sobre o filho adotado. Apesar de tais ponderações, acreditamos que as entrevistas auxiliam na compreensão do assunto. Modell (1994), embora não tenha encontrado um motivo principal que servisse como propulsor da busca por parte dos pais biológicos, ressalta sua percepção sobre um pregnante interesse desses pais pela criança entregue. Na

situação em análise, entendemos que houve um disparador que viabilizou a passagem do desejo do reencontro para a busca efetiva deste:

O reencontro com o pai dela (Beatriz), que há anos eu não via. Quase 30 anos. A gente conversou, conversei com ele sobre nossa filha... Aí ele falou, por que você não começa onde você começou? Ai eu, como? E ele, começa no juizado de menor. Eu já tava procurando ela, mas quando eu encontrei o pai dela é que eu fui pra direção certa, porque nunca passou na minha cabeça ir ao juizado de menor, porque ela não era uma menor, né?

Este dado da história da entrevistada aponta para a importância da inclusão do pai biológico nos estudos envolvendo a tríade adotiva. Pesquisas acerca desse tema ainda são escassas na literatura. Entretanto, Clapton (2001) ouviu 30 pais biológicos no Reino Unido, cujos filhos foram colocados em adoção e encontrou como resultado que muitos experimentaram sofrimentos semelhantes aos relatados nos estudos que ouviram as mães, bem como a curiosidade acerca do filho doado. Conforme destaca o autor, toda história tem muitas versões e dificilmente a versão do pai é apresentada, pois não costuma ser ouvido. Portanto, diferentemente do senso comum que percebe os pais como totalmente desinteressados no destino das crianças, Clapton (2001) assinala a necessidade de que eles também pudessem ser ouvidos e, conseqüentemente, mais considerados nas análises referentes à tríade adotiva. Na situação estudada, posteriormente houve o pedido do genitor para encontrar a filha, conforme ilustra a entrevistada: *“Desde o começo quando eu falei que eu tinha reencontrado ela, ele falou “Eu quero conhecer ela”! Aí ela também aceitou.”*

Observamos que a mudança de postura do casal parental biológico refletia uma transformação deles ao longo do tempo e de suas vulnerabilidades anteriores. O seu desejo de “resgatar” as origens em outro tempo ofereceu a possibilidade à filha de reparar seu romance familiar, reconstruindo as figuras parentais de origem, não necessariamente associando-as a fantasias catastróficas ou más, e, assim, facilitando o surgimento de novas identificações secundárias com funções reparatórias para a descontinuidade dos vínculos.

No Brasil, apesar de a legislação assegurar o direito às origens, disposto na Convenção de Direitos da Criança e do Adolescente (1989), bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), inexistente política pública específica para tal fim (Coimbra, 2013). Nesse sentido, Fonseca (2009) indaga sobre o papel do Estado no controle de informações que dizem respeito à filiação e à identidade destacando ser

esta uma questão atinente aos direitos humanos. Fonseca (2010) aponta que haveria, por parte da sociedade, pouca aceitação quanto ao desejo apresentado pelo filho adotivo em relação à busca de informações sobre sua família biológica. Essa falta de aceitação parece-nos ser ainda mais evidente quando se pensa na possibilidade de a genitora buscar informações sobre o filho entregue em adoção.

Recentemente, o surgimento de redes sociais trouxe repercussões importantes à temática, apontando os riscos de um encontro entre filhos adotivos e famílias biológicas sem que fossem propiciados os cuidados necessários, estes garantidos no contexto da Justiça (Roy, 2020). Nossa entrevistada chegou a fazer várias buscas no *Facebook* com o nome da sua filha, sem, no entanto, conseguir localizá-la: “Quando eu botei no Face, apareceu um montão de pessoas com o nome dela, moreninha assim da minha cor.”. Relatou também outras estratégias de que lançou mão para a busca pela filha, como recorrer a terceiros que prometiam, através das redes sociais, ajudá-la na efetivação de seu desejo.

É, foi assim: eu tava vendo tv e apareceu uma mulher dizendo que achava todo mundo. Achava criança, filho, achava. Peguei o nome dela e aí o que eu fiz. Fui pro Face e achei ela, aí eu fui e contei minha história pra ela, que queria encontrar minha filha e pá. E sabe o que ela fez comigo? Falou que tinha encontrado minha filha, me deu o telefone, aí eu liguei, a pessoa me xingou [não era realmente a filha].

Em vista disso, entendemos como essencial a criação de um espaço na Justiça e alguma normatização sobre a questão da busca por eventual reencontro, em especial ao considerarmos a importância de que seja antecedido de necessária preparação, conforme defendido por Neil (2017). Essa autora realizou ampla revisão bibliográfica a respeito do suporte às famílias de origem, inclusive em contatos pós-adoção, concluindo sobre a necessidade de ser oferecido apoio quanto à tomada de decisão sobre realizar contato com os filhos entregues em adoção, enfocando o significado dessa ação para eles próprios, seus filhos e a família adotiva. Desta forma, os contatos entre as famílias adotivas e de origem precisariam sempre de um propósito, sendo a questão central avaliar se poderá ser benéfico para o adotado, ser individualizado e encarado como um processo dinâmico, baseado na saúde dos relacionamentos (Neil, 2017).

Essas ideias parecem-nos valiosas para a compreensão da importância de normatização dos procedimentos de acesso às origens e o papel exercido pelo Poder Judiciário quanto à operacionalização deste resgate por parte de qualquer um dos

envolvidos. Benghozi (2001), estudando as situações de crises e catástrofes, destaca a importância de se associar a intervenção jurídica a toda ação psicoterápica ou sóciocomunitária, tornando plural o sistema de cuidados ligados aos traumas e aos sofrimentos limites da dignidade humana. O reconhecimento de que o acionamento da Justiça pode trazer contribuições à prevenção do traumatismo psíquico parece-nos relevante para a análise do caso em questão.

A compreensão de Benghozi (2001) fundamenta a necessária reflexão sobre a mediação realizada pelo Judiciário como resgate e fortalecimento da ordem simbólica. O autor nos convida a ir além ao propor a possibilidade da intervenção jurídica para prevenir a repetição do traumatismo psíquico entre gerações ao propiciar, através dos trâmites legais, um tipo de ritual simbólico que permite o testemunho comunitário e a instalação de uma memória. Entendemos que tais postulações podem contribuir para legitimar a necessidade de inserção da Justiça no contexto do resgate às origens. Para nossa entrevistada ficou evidente que a mediação do Judiciário foi muito importante, viabilizando uma mudança significativa em sua vida após o reencontro.

Eu achei legal também que vocês [se refere ao Judiciário] se empenharam. O fato dela ser uma adulta. Vocês podiam bem não querer procurar. Mas não, vocês se empenharam. Vocês procuraram. (...) É como eu já te falei. Se vocês não tivessem dado atenção ao caso, como ia ser? Como eu ia achar ela no meio da multidão? Teve muita mudança [depois do reencontro], porque eu era muito triste e me culpava sempre, sempre e agora eu sinto mais leve, sabe?! Foi uma coisa muito emocionante, muito bacana mesmo. Até hoje eu agradeço a Deus porque minha filha é de ouro, sabia, até hoje eu agradeço!

Podemos identificar nos relatos dois aspectos salutareos despertados pelo reencontro: o acolhimento para a elaboração da entrega realizada há muitos anos e, conforme sugerido por Benghozi (2001), a constatação de que o Poder Judiciário pode funcionar preventivamente em relação à repetição sem elaboração de conteúdos psíquicos. No caso em questão, havia um segredo guardado há mais de 30 anos que pôde ser revelado, trazendo repercussões para seus demais filhos e, por conseguinte, interferindo de algum modo na transmissão psíquica intergeracional.

2.6. Considerações finais

O estudo sobre as especificidades da entrega espontânea de uma criança para adoção no contexto do Judiciário e as motivações da demanda posterior da família biológica para a viabilização de reencontro propiciou a reflexão sobre algumas

particularidades envolvidas no instituto da adoção e seus efeitos na vida da genitora. Notadamente, a questão da entrega voluntária de crianças para adoção e a amplitude do acesso às origens, incluindo a perspectiva do reencontro, são temáticas de extrema relevância nas discussões contemporâneas, na compreensão dos vínculos familiares e principalmente na esfera da atuação das Equipes Técnicas do Judiciário.

O senso comum tende a enxergar as mulheres que entregam seus filhos em adoção sob o ponto de vista de um estereótipo desqualificador. No entanto, percebemos no relato estudado que a entrega foi motivada pela expectativa de proporcionar uma vida melhor à criança, tendo em vista a vulnerabilidade extrema da genitora, complementada por um desamparo em suas redes pessoais de apoio. Na situação analisada, entendemos que não foi proporcionado pela Vara da Infância o adequado espaço de acolhimento e escuta à genitora no momento em que procedeu à entrega da criança para adoção. A ausência de um espaço de elaboração parece ter contribuído para que ela carregasse sentimentos extremos de culpa e vergonha por muitos anos, talvez colaborando para a ambivalência de assumir a motivação para o reencontro com a filha 30 anos depois, caracterizando-se inicialmente em estratégias de buscas pouco efetivas.

A Lei 3509 (2017) estabelece procedimentos para estimular a entrega voluntária de crianças para adoção mediada pelo Poder Judiciário. Há, por parte do legislador, o reconhecimento da entrega como uma possibilidade, ressaltando a importância da escuta pela Equipe Técnica, tanto das maternidades como do Judiciário. Acreditamos que, por meio de uma escuta especializada, é possível evidenciar questões subjetivas presentes na decisão, favorecendo a criação de um espaço disparador de reflexão e, conseqüentemente, de elaboração. Este seria um passo importante para evitar a realização de contatos futuros entre as famílias, pouco promotores de saúde para todas as partes, bem como para a redução da invisibilidade das “mães abandonantes”, descrita por Fonseca (2012).

Entendemos que, ao assegurar o direito de acesso do adotado às suas origens, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um avanço significativo para a compreensão da centralidade das origens na constituição psíquica do sujeito. Entretanto, as demandas crescentes apresentadas em torno desse tema indicam que precisamos ir além, principalmente diante da constatação de que há um número

cada vez maior de pessoas adotadas buscando informações sobre suas raízes e com interesse em estabelecer algum tipo de contato com um ou mais membros de sua família de origem.

Nesse aspecto, a conscientização das Equipes Técnicas sobre a importância de registrarem em seus relatórios informações que possam auxiliar o adotado na integração de sua história de vida, incluindo informações sobre a família biológica, parece-nos de extrema relevância. Também acreditamos que o compartilhamento das experiências entre os técnicos e o desenvolvimento de conhecimento científico sobre elas configuram uma perspectiva para a construção de uma nova realidade, oposta à descrita por Fonseca (2012), onde as informações sobre as famílias de origem praticamente inexistiam nos Autos dos processos de adoção pesquisados.

A temática do acesso às origens, incluindo a eventual possibilidade de contatos pós-adoção na idade adulta, precisa ser mais discutida, havendo necessidade de o assunto ser enfatizado na preparação dos candidatos à adoção. A ausência de estudos brasileiros sobre essa questão, apesar da observação do crescente interesse no tema, aponta para a concepção do reencontro ainda como um tabu. Entretanto, a literatura estrangeira consultada destaca que o desejo de resgate das origens pode abarcar a eventual realização de contatos entre os membros da tríade adotiva e isso deve ser encarado como uma particularidade da adoção. Acreditamos que a presente discussão certamente contribuirá para que a história pregressa da criança, na qual indiscutivelmente os genitores estão incluídos, possa ser melhor integrada ao contexto adotivo.

Na situação descrita pelo relato de Ana, evidenciou-se que, após o contato com a filha, foi possível à genitora uma nova forma de estar no mundo, favorecida pelo rompimento de um segredo familiar. O reencontro descrito promoveu saúde emocional para a entrevistada, bem como, segundo relato da genitora, possibilitou à filha integrar sua história de origem, pois foi-lhe dada a chance de ouvir e se certificar de que recebera cuidado e não abandono na descontinuidade do vínculo familiar biológico. Nesse sentido, reforçamos que a intervenção técnica realizada garantiu não apenas a possibilidade de escuta aos envolvidos, como também legitimou o lugar simbólico da Justiça nessas demandas, diferentemente do que poderia ter ocorrido se fosse alcançado êxito nas buscas tentadas inicialmente através das redes sociais. No entanto, a realização do trabalho técnico ocorreu

mediante dúvidas extremas que quase inviabilizaram a intervenção na situação, o que evidencia a necessidade de alguma organização protocolar frente ao assunto e a estas demandas antes consideradas “raras” no contexto da adoção.

3. Tríade adotiva e direito às origens: contato pós-adoção com mediação do Judiciário

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar a experiência da tríade adotiva, composta pela família biológica, filho, e família adotiva, no contato pós-adoção mediado pelo Poder Judiciário, buscando compreender as repercussões desse encontro. A motivação para o estudo surgiu a partir de um caso emblemático atendido em uma Vara da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma genitora que, tendo entregue a filha em adoção, procurou o Judiciário visando reencontrá-la após decorridos 30 anos. Para atingir o objetivo proposto, quatro anos após terem estabelecido o contato mediado pela Justiça, realizamos entrevistas semiestruturadas em separado com a filha, a genitora e a mãe por adoção implicadas na situação. Verificamos que tal experiência pôde contribuir para mitigar medos e preocupações que expunham os envolvidos e seus vínculos a vulnerabilidades. Por fim, apontamos a urgência de refletir sobre a sistematização de procedimentos que permitam a viabilização do direito às origens, indicando a mediação pelo Poder Judiciário.

Palavras-chave

Adoção; Poder Judiciário; direito às origens; tríade adotiva; família

Abstract

This article aims to analyze the experience of the adoptive triad (birth family, adoptee, adoptive family) in post-adoption contact mediated by justice seeking to understand the reunion's repercussions. The motivation for the study emerged from an emblematic case attended at a Juvenile Court in the State of Rio de Janeiro. It was a mother who, having voluntarily relinquish her daughter, sought the Judiciary in order to contact her after 30 years. To achieve the proposed objective, we conducted separate semi-structured interviews with the daughter, birth mother and adoptive mother involved in the situation mentioned, four years after they had established contact mediated by justice. We found that such experience can contribute to mitigate fears and concerns that have brought vulnerability to the involved and theirs bonds. Finally, we point out the urgency to think about some systematization to enable the right to the origins, indicating mediation by the Judiciary.

key words:

Adoption; Judiciary; adoptive triad; right to the origins; family

3.1. Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa extensa abordando a amplitude do direito de acesso do adotado às suas origens, visando discutir os desdobramentos do contato entre as famílias adotiva e biológica, bem como refletir sobre as possibilidades de mediação do Judiciário na demanda. Neste trabalho, temos como objetivo analisar a experiência da família de origem, do filho adotado e da família adotiva, a tríade adotiva, no contato pós-adoção mediado pelo Poder Judiciário, buscando compreender as peculiaridades e repercussões desse encontro.

As Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (VIJI) do Estado do Rio de Janeiro contam com Equipe Técnica própria, constituída por Psicólogos e Assistentes Sociais, com atribuição para assessoramento ao Juiz, considerando a complexidade e natureza dos casos que lhe são endereçados. Nesse contexto, destacamos um caso que nos apontou uma situação paradigmática em que a mãe biológica requereu ao Juiz da Infância o estabelecimento de contato com a filha, entregue por ela em adoção há mais de 30 anos. A ausência de um consenso entre os integrantes da Equipe Técnica da Vara sobre a pertinência de sua intervenção na situação, bem como a carência de estudos sobre o tema, nos motivou a investigar sobre a amplitude do direito dos adotados de acesso às origens e os desdobramentos.

Cabe destacar que a adoção envolve necessariamente três vértices de um triângulo: o filho, os genitores e os pais por adoção, cada qual com sua história e experiências emocionais, compondo o que entendemos por tríade adotiva, denominação aqui empregada. Na efetivação da adoção legal, esse triângulo indiscutivelmente precisa ser atravessado pela mediação do Poder Judiciário. Dessa forma, é inegável que a filiação adotiva guarde especificidades quando comparada à biológica, embora ambas sejam formas legítimas para a construção dos laços de parentalidade e filiação (Schettini Filho, 2005; Weber & Pereira, 2014). Contudo, as demandas e problemáticas no contexto da adoção são extremamente dinâmicas, repercutindo, por exemplo, em significativas alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente ([ECA], 1990) nos últimos anos. Entre elas, destacamos as advindas da Lei 12010 (2009), conhecida como “Nova Lei da Adoção”, que, entre outros

aspectos, passou a estipular como direito da criança/adolescente o acesso às suas origens³.

A legislação veio reforçar a compreensão sobre a necessidade de os pais conversarem com seus filhos acerca da adoção. Antes desta mudança, embora muitos adotantes entendessem a importância de tal orientação, nem sempre compartilhavam com seus filhos o fato de não os terem gerado. As justificativas para o segredo eram diversas e fundamentadas principalmente na compreensão de que o conhecimento sobre as origens poderia trazer à criança sentimentos indesejáveis, como tristeza ou menos valia (Weber & Pereira, 2014). Dessa forma, ainda sob o argumento de serem detentores do poder familiar e, portanto, livres para conduzirem o processo educativo/formativo de sua prole, muitas vezes a história da filiação era mantida em segredo.

Como se observa, a questão das origens comumente configura-se como fator ansiogênico para os pais adotivos (Brodzinsky, 2011; Ghirardi, 2015; Nabinger & Chaves, 2014). Frequentemente, em reuniões de grupos de apoio direcionadas a pretendentes, a possibilidade de que a criança venha a desejar posteriormente um encontro com a família biológica é apresentada como um dos principais temores destes participantes (Finamori & Silva, 2019).

Assim, apesar do importante avanço estabelecido ao assegurar legalmente ao adotado o acesso às suas origens, tirando o tema do âmbito privado, não houve discussão sobre a amplitude de tal direito, tampouco indicação de mecanismos legais em relação à sua realização e aos seus possíveis desdobramentos. Desta forma, ao buscarmos focar na perspectiva do acesso às origens, ainda há pouco material teórico-prático abordando o assunto, bem como ausência de dados sobre a efetivação desse direito.

Por outro lado, a busca pelas origens vem ganhando expressão significativa em diversos campos, em especial alimentada pelos relatos de filhos adotivos, tais

³ Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

como o livro autobiográfico *Nunca deixe de acreditar* (Richardsson, 2017), e o recém lançado *Vida de adotivo: a adoção do ponto de vista dos filhos* (Luchese, 2020). Os depoimentos, de forma incontestável, apontam para a centralidade do acesso às origens na subjetividade dos adotados e sua função reparadora na identidade desses sujeitos. Também a mídia destaca com frequência e de forma dramática situações de “reencontro” entre filhos adotivos e família biológica sem, entretanto, se aprofundar sobre possíveis desdobramentos relacionados ao estabelecimento desse contato. Cabe ainda sinalizar que o crescimento exponencial das redes sociais facilitou a localização de pessoas, acarretando a sensação de aparente facilidade na possibilidade de contato entre adotivo e membros da família biológica. No entanto, há uma ausência de preparação prévia dos envolvidos para a efetivação deste encontro, podendo expor as partes a situações de vulnerabilidade (Roy, 2020).

Na literatura estrangeira, encontramos vários artigos abordando especificidades dos encontros entre filhos adotivos e famílias de origem (Godon, Green & Ramsey, 2014; March 2014; Müller & Perry 2001a, 2001b). Todavia, no Brasil não localizamos registros de estudos realizados no campo da Psicologia, apesar dos já citados relatos de filhos adotivos sobre suas experiências pessoais. Fonseca (2010, 2012, 2015) traz importantes contribuições ao analisar a adoção sob o ponto de vista antropológico, articulando comoventes relatos sobre as dificuldades dos envolvidos na busca às origens diante das particularidades da organização da adoção no Brasil. Entre outros aspectos, a autora defende a normatização quanto ao acesso às informações referentes aos processos de adoção, o que entende como uma questão de direitos humanos (Fonseca, 2010).

No Brasil, os movimentos de busca pelas origens não acontecem à semelhança de outros locais do mundo ocidental, já que aqui os adotados ainda não encontram uma forma de organizar possíveis demandas em relação ao direito às origens (Fonseca, 2015; Finamori & Silva, 2019). Assim, no momento, embora as associações voltadas aos pais adotivos estejam em franco crescimento, desconhecemos a existência de alguma direcionada especificamente aos filhos adotivos ou aos genitores que tiveram o filho adotado.

Vários autores (Brodzinsky, 2011; Hamad, 2010; Machado, Féres-Carneiro, Magalhães & Mello, 2019; Schettini, 2005; Weber & Pereira, 2014) têm abordado

a importância do acesso do filho adotivo às suas origens como fator determinante para sua saúde e desenvolvimento psíquico. Entendemos a busca de informações pelo adotado como tentativa de conhecimento não somente dos aspectos biológicos, mas também de outros dados que podem contribuir para completar informações a respeito de sua identidade. Nesse contexto, Schettini Filho (2005) recomenda aos pais adotivos que apresentem uma clara disponibilidade em ajudar seus filhos na busca de elementos de sua história de vida pregressa, posição também defendida por Machado et al. (2019) que destacam como fator gerador de saúde psíquica a possibilidade de os pais acolherem os questionamentos dos filhos ao longo de todo o crescimento.

Cada caso traz sua especificidade, mas, como nos ensina Hamad (2010), muitas crianças adotivas querem saber o porquê e como ocorreu a descontinuidade com a família de origem, buscando a “captura da origem” que lhes permita balizar o espaço-tempo de sua história. Freud (1909) apontou para a condição estruturante de a criança fantasiar a respeito de suas origens, organizando suas angústias frente a seu romance familiar. Por exemplo, diante do desamparo e da desidealização de seus pais, a criança passa a imaginar que eles não seriam na realidade seus genitores, mas pessoas que passaram a cuidar dela na impossibilidade de que seus pais o fizessem. Essa fantasia referente ao romance familiar, comum a todas as crianças, ganha contornos especiais no caso das que vivenciaram a adoção pelo aspecto de realidade que carregam.

Ghirardi (2015) aponta que é comum observar no contexto das famílias adotivas fantasias relacionadas ao roubo da criança, havendo temor quanto ao surgimento dos genitores a exigir dos pais adotivos que ela lhes seja entregue. A exacerbação de tais fantasias interfere negativamente na inserção da criança na cadeia familiar, bem como no acolhimento dos pais adotivos em relação à curiosidade do filho sobre suas origens.

Apesar das postulações sobre a relevância do acesso às origens, Weber (2004), ao realizar ampla pesquisa neste campo, concluiu que 84% dos filhos adotivos entrevistados não tinham nenhuma informação sobre sua história de vida anterior à adoção, somente que eram oriundos de uma família pobre. Tais dados corroboram a constatação de Fonseca (2012) sobre a ausência de registros formais acerca das adoções realizadas. Muller e Perry (2001a), após revisão crítica de

pesquisas sobre a busca pelas origens por parte dos filhos adotivos, destacaram que estaria aumentando o número de pessoas adotadas à procura de informações e desejando conhecer seus genitores. Esse crescimento poderia estar relacionado a uma modificação na opinião pública sobre a questão da busca, indicando também a transformação de crenças ligadas aos vínculos familiares no contexto da adoção.

Contudo, ainda percebemos uma tendência social de conceber o desejo de contato entre os componentes da tríade adotiva como um indicativo de fracasso no estabelecimento dos vínculos paterno-filiais da família adotiva, o que indubitavelmente requer mais discussão. Tal concepção ganha contornos ainda mais dilemáticos quando a demanda de contato parte da família biológica do adotado, sendo possível observar um temor silenciado acerca desta questão, que adquire uma característica de tabu, nos vínculos familiares por adoção.

Nessa esteira, segundo estimativas realizadas, cerca de 50% das pessoas adotadas irão, em algum momento de suas vidas, buscar mais informações sobre sua família biológica, sendo que a metade destas efetivamente se envolverá em algum tipo de contato (Muller & Perry 2001a). Consideramos que a curiosidade e reflexão acerca da própria história fazem parte da condição humana, podendo ressurgir com diferentes nuances subjetivas, relacionadas a cada fase do ciclo vital (Brodzinsky, 2011; Muller & Perry, 2001b). Mediante o exposto, entendemos como uma questão urgente neste campo o desenvolvimento de investigações sobre a dimensão do direito do acesso às origens, enfocando diretamente a possibilidade de contatos entre o adotado e a família de origem, a fim de que possamos ampliar a compreensão das particularidades da adoção, bem como fundamentar o trabalho das Equipes Técnicas com atuação no Poder Judiciário.

3.2. Método

Para alcançarmos os objetivos propostos, realizamos uma investigação de natureza qualitativa, buscando compreender de maneira aprofundada os desdobramentos de um caso singular, derivado da prática do Psicólogo no contexto da Justiça. Trata-se de uma situação rara, de uma mãe que entregou voluntariamente a filha por volta dos dois anos de idade para adoção, através do, então, Juizado de Menores. Quase trinta anos após prolatada a sentença que deferiu a adoção, a genitora recorreu novamente à Justiça com a demanda de estabelecer contato com

a filha. Não encontramos na literatura brasileira pesquisada registros de outras situações semelhantes.

3.2.1. Participantes

Cerca de quatro anos após o encontro mediado pela Justiça, foram realizadas entrevistas semiestruturadas separadamente com três dos envolvidos nesta situação: a genitora Ana, de 58 anos, sua primeira filha Beatriz, de 33 anos e a mãe por adoção Catarina, de 62 anos. Cada entrevistada preencheu uma pequena ficha biográfica com informações objetivas para melhor compreensão de seu contexto atual de vida. A genitora Ana, viúva, negra, declarou como escolaridade primeiro grau incompleto. Após a entrega da sua primogênita, teve mais três filhos com o companheiro falecido, que não era pai biológico de Beatriz. A filha Beatriz, por sua vez, declarou-se negra, separada, com curso superior incompleto, possui uma filha em idade pré-escolar e é filha única de Catarina, branca, solteira, com curso superior completo.

3.2.2. Instrumentos e procedimentos

Os procedimentos de realização das entrevistas foram diferentes com cada participante, tendo em vista suas singularidades e as vulnerabilidades do contexto social em meio ao período de pandemia de COVID-19, durante o qual o estudo foi desenvolvido. Primeiramente, foi realizada a entrevista de forma presencial com a genitora, a demandante do contato na Justiça. Devido às restrições sanitárias enfrentadas ao longo do ano de 2020, as entrevistas com a filha e a mãe adotiva precisaram ser realizadas de maneira remota. Em nosso contato, a filha informou-nos que não disporia de condições materiais para usar instrumentos de comunicação *on line*, preferindo responder por escrito à entrevista. Desta forma, as perguntas foram encaminhadas através de *e-mail* à participante que, após algumas semanas, enviou-nos suas respostas. No caso da mãe adotiva, realizamos a entrevista através de ligação telefônica, por ser o meio de comunicação de sua preferência. As duas entrevistas síncronas foram devidamente gravadas e transcritas na íntegra.

Objetivando compreender as narrativas das participantes sobre a experiência de contato mediado pelo Judiciário, utilizamos a técnica de análise de conteúdo em sua vertente categorial proposta por Bardin (2011). Este tipo de análise nos permitiu investigar os conteúdos manifestos e latentes, o curso das associações de ideias,

observando os sentidos das temáticas abordadas. Após uma leitura flutuante inicial das entrevistas, procuramos agrupar os temas recorrentes e convergentes entre as três entrevistas, identificando-os e relacionando-os à bibliografia sobre o assunto. A partir de tais procedimentos, emergiram três categorias temáticas: *Tríade adotiva e busca de contato*, *Repercussões do encontro*, e, por fim, *Direito às origens e mediação pelo Poder Judiciário*.

3.2.3. Considerações éticas

A pesquisa seguiu as recomendações éticas vigentes, tendo sido aprovada pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-RIO - protocolo 132\2019. Antes da realização das entrevistas, foi apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ocasião em que foram informados os objetivos e justificativa para o presente estudo, bem como o caráter voluntário da participação e cuidados providenciados em relação ao anonimato, tendo as entrevistadas manifestado sua concordância. Alguns dados das participantes e determinados conteúdos históricos foram preservados, sendo ocultados ou modificados, de modo que não comprometessem o anonimato e o sigilo ético profissional, também sem trazer prejuízo ao conteúdo dos dados do material apresentado.

3.3. Análise e discussão dos dados

Tríade adotiva e busca de contato

Nesta categoria analisamos a problemática da tríade adotiva à luz do contato realizado entre seus membros. Entendemos a tríade adotiva como um sistema composto por três vértices do triângulo filiativo-adotivo: pais por adoção, filho e pais biológicos. Conforme as premissas postuladas por Bowen (1991) acerca do fenômeno de triangulação, podemos pensar esta tríade a partir dos triângulos emocionais que são formados numa tentativa de estabilizar o sistema familiar. Assim, o conceito de triangulação se refere a um sistema inter-relacional envolvendo três, sendo uma díade e um terceiro, que é convocado a participar quando aumenta o nível de ansiedade entre as duas pessoas, ou nesse caso, de dois vértices. A compreensão dessa tríade envolve as fantasias presentes nas relações intersubjetivas entre os integrantes, observando-se a interdependência dos papéis desempenhados por cada membro na manutenção dos vínculos.

Comumente, os genitores não se fazem presentes concretamente na vida objetiva das crianças e jovens adotadas. Entretanto, permanecem ativos na tríade adotiva seja por via da memória da história precedente à adoção, seja por meio de fantasias sobre as origens, e assim se inscrevem em maior ou menor grau na criação e organização do novo vínculo familiar. Segundo Puget (2015) “o outro presente não é imprescindível para a constituição de um vínculo criativo” (p.29). Sendo assim, a família biológica, apesar de ausente, acaba permanecendo como um outro presente na formação dos vínculos entre adotantes-adotado, compondo a tríade adotiva. Como ilustra a narrativa da entrevistada Beatriz (filha), referindo-se à sua mãe biológica: “*Depois de tantos anos acho que já estava conformada com a idealização que tinha dela, sabe? A minha imaginação já me bastava*”. Por sua vez, a genitora Ana também ressaltou manter a filha em suas lembranças ao relatar: “*Eu nunca esqueci minha filha. Eu nunca esqueci a data de aniversário dela. ...Eu nunca tirava ela da minha cabeça*”.

Constatamos que essa tríade existe na fantasia dos envolvidos mesmo antes de um contato, mas como um outro-objeto. Puget (2015) menciona que há uma superposição de lógicas na formação dos vínculos, sendo que cada pessoa transita entre ora ser sujeito presente em sua alteridade ora ser objeto interno de outra pessoa. Assim, as percepções sobre cada sujeito ganham qualidades diferentes: são percebidos como “outro-objeto” quando recordadas ou fantasiadas ou como “outro-sujeito” quando efetivamente presentes.

Ainda nessa perspectiva, destacamos que a tríade adotiva antes de um efetivo contato está sustentada pela *impresença*. Em entrevista à Jaskulski (2019), Puget pontua que o conceito de *impresença* deve ser entendido como aquilo que sustenta o efeito da presença, não sendo nem presença nem ausência. Outrossim, essa situação vai se modificar através do contato real estabelecido, já que a presença concreta permite a novidade da experiência frente à alteridade do outro e, dessa forma, possibilita criar novas marcas intersubjetivas na relação, favorecendo a discriminação entre os sujeitos (Jaskulski, 2019). Por exemplo, Catarina, mãe adotiva, expôs como suas fantasias foram interrompidas ante o evidente dado de realidade frente ao contato:

Então, pra mim naquele momento da ligação [quando a filha já era adulta e a equipe do Judiciário entrou em contato] foi uma surpresa. Mas, era uma coisa que eu sabia que poderia

acontecer. Aliás, foi um dos sofrimentos meus durante muitos anos na época da adoção... quando ela era pequenininha. Porque eu... eu ficava com uma insegurança, meus Deus!! Eles [refere-se ao judiciário na época da adoção] diziam que o vínculo não se restabelece. Mas, se isso acontecer, né? [descreve seus pensamentos]. Vai ser uma catástrofe!

Conforme mencionamos, Ghirardi (2015) destaca que a dificuldade de lidar com a questão das origens ocorre devido à ampla gama de temores e fantasias da família adotiva em relação a um resgate do vínculo com a família de origem. A fala de Catarina (mãe adotiva) corrobora essa postulação:

Medo somente de voltar a ter contato com a família biológica. Só esse medo que eu tinha, porque seria um problema para a criança e pra mim também. Porque a afetividade e amor era um desejo enorme que eu tinha realizado com adoção. Já imaginou, ele se desfazer? Você ter que devolver a criança para uma mãe biológica. Seria um baque enorme na minha vida!

Apesar desse medo, Catarina sempre conseguiu conversar com a filha sobre sua história e a adoção, construindo uma imagem positiva da mãe biológica para Beatriz, mantendo-a viva e pertencente ao vínculo entre as duas. Tais questões reforçam o caráter de *impresença* da família biológica, no sentido de que seguem presentes, mesmo que ausentes. Ainda sobre esse aspecto, observamos que a mãe de origem, durante a realização da entrevista, fez espontaneamente menção à presença da mãe adotiva, demonstrando também a relevância desta última na criação do vínculo entre ela e Beatriz: “*A Catarina é uma boa pessoa. Ela nunca escondeu da Beatriz que era adotada, nunca escondeu.*”. Essa ideia reforça a existência ativa da tríade adotiva, já que a circulação das informações sobre as origens possibilita aos genitores serem “outro-objeto” na história da criança, marcando o caráter da *impresença* (Puget, 2015; Jaskulski, 2019).

A noção de busca refere-se à solicitação por informações adicionais sobre sua história ou às ações concretas que visam ao contato com um membro da família de origem (Muller & Perry, 2001a). É importante considerar ainda de quem surge a iniciativa de empreender essa busca. Apesar de haver a predominância de pesquisas em que o interesse parte dos filhos, é inegável pensar que, sendo mais abertas às informações sobre as adoções, poderá haver uma tendência também de a família de origem empreender essa ação (March, 2014). Segundo essa autora, parte das genitoras não se envolvia mais ativamente em procedimentos de busca por acreditar ter perdido seus direitos quando a criança foi adotada, aguardando, assim, um possível movimento do filho. Por parte dos pais adotivos, percebemos que o eventual contato com família de origem aparece como um medo recorrente, o que

também identificamos na entrevista com a mãe adotiva Catarina que, em diversos momentos voltou a essa questão:

O único medo que eu tinha era de me tirarem ela! Por isso quando fui pra fila de adoção eu pedi sempre: por favor eu não quero tirar filho de ninguém! Eu quero uma criança totalmente disponível ... que não tenha pai, mãe, avô, avó, tia, madrinha, padrinho querendo ela. Se tiver, eu não quero.

Devido aos referidos temores da família adotiva, os filhos podem apresentar relutância em compartilhar informações sobre o desejo de acessar as origens com seus pais adotivos. Tal resistência, de certa forma, repete e reatualiza os conflitos vivenciados pelos pais em relação a informações aos filhos sobre a adoção, aspecto que geralmente é fonte de ansiedade (March, 1997). No entanto, em seu estudo, March (1997) evidenciou que a família adotiva pode sentir-se traída pelo fato de não lhe ser oferecida a oportunidade de colaborar e compartilhar da busca empreendida por iniciativa do filho. Isso nos faz pensar no quanto é importante para a preservação dos vínculos a inclusão de todos os vértices da tríade no encontro, para que as repercussões não sejam pautadas na experiência de traição, exclusão e segredo. A mãe adotiva entrevistada foi incluída no procedimento de contato e esteve presente no dia do primeiro encontro.

Então para ser muito honesta com você, não lembro se foi ela que me convidou ou se foi eu que pedi para ir. De qualquer forma, foi uma coisa assim, que não houve conflito nenhum. Foi aceito de parte a parte, eu fui. Gostei de ter ido, conheci a Ana. Foi isso, sem mistérios... (Catarina, mãe adotiva).

Muller e Perry (2001b) destacam quatro preocupações relatadas pelos filhos adotivos com relação à efetivação da busca: medo de se intrometer na vida dos pais biológicos, sentimento de culpa e deslealdade com os pais adotivos, medo dos pais biológicos rejeitarem o contato, medo de o contato trazer problemas. Ponderamos se tais preocupações podem levá-los a desistir da busca, embora cogitem em seu íntimo algum tipo de contato com suas origens. A partir das narrativas estudadas, detectamos que preocupações em relação à busca não estão restritas aos filhos e pais adotivos, mas também podem estar presentes na família biológica, como no relato de Ana: *“Imaginava que não ia me aceitar, não ia falar comigo. Porque tem muitos filhos que faz [sic] isso. Mas, não. Ela me aceitou mesmo, muito mesmo. De coração mesmo”*.

Beatriz (filha) menciona que *“ser adotado não é uma realidade simples ou fácil de assimilar”*. Assim, o fato de a iniciativa de contato partir da família

biológica pode, de certo modo, minimizar o possível conflito de lealdade existente, como ponderou a mãe adotiva: *“Não que ela não pensasse [sobre a família de origem], eu acho sim, ela pensava e que tinha um trauma dentro dela, mas a Beatriz sempre foi de segurar as emoções dentro dela.”*. Em vista disso, observamos que é essencial a tríade adotiva ser considerada nos procedimentos da Justiça referentes à busca das origens e ao contato.

Repercussões do encontro

Nessa categoria, analisamos eventuais repercussões decorrentes do encontro mediado pela Justiça. O fato de não haver regras pré-estabelecidas pela sociedade ou pelo Judiciário para esse tipo de contato contribui para o aumento de tensão e possíveis fantasias em relação aos encontros e seus desdobramentos (March, 1997), tal como ilustra a fala da genitora Ana : *“...ela me trata tão bem, tem que ver! Me chama de mãe! [ri com satisfação] não imaginava isso”*.

Muller e Perry (2001b), após extensa revisão bibliográfica sobre a busca pelas origens, concluíram que o contato com os genitores aparenta proporcionar efeitos benéficos aos filhos adotivos. Destacam que a maior parte daqueles que se envolveram na busca não demonstrou arrependimento quanto ao contato estabelecido. Também March (1997), após realizar entrevistas aprofundadas com seis duplas de filho/mãe de origem, concluiu que as díades experimentaram uma sensação de cura pelo contato estabelecido. Assim, concordamos com o entendimento de Godon et al. (2014), no sentido de que a possibilidade de contato não deve ser avaliada como um fator de insucesso da adoção, mas analisada em sua singularidade. O relato da filha a esse respeito parece-nos bastante elucidativo:

Depois de conhecer a minha mãe biológica e uma parte da minha família biológica, consegui me situar melhor no mundo e acho que estou melhorando como ser humano, como filha e como mãe.

Para Lucchese (2020) a busca pelas circunstâncias de sua concepção e nascimento já na idade adulta não foi uma curiosidade, mas uma necessidade que o ajudou a estreitar a relação com sua família adotiva. Além de escrever sobre sua própria experiência, o autor registrou o relato de vários filhos adotivos. Na maior parte dessas vivências, o acesso às origens é apresentado como uma questão significativa e com desdobramentos importantes na história de vida dos adotados.

Essa constatação foi também percebida na narrativa da filha Beatriz: *“Tem sido muito reconfortante ter contato com as minhas raízes, saber com quem eu pareço e o que puxei de quem.”*.

A consolidação da identidade é uma questão típica do período da adolescência. Desta forma, como apontado por Roy (2020), geralmente nessa fase os filhos adotivos podem experimentar maior conexão com os pais biológicos conhecidos ou imaginados, podendo surgir um interesse em buscar a família de origem, como mencionou a filha Beatriz:

Na minha adolescência e juventude, onde eu estava elaborando muitas questões raciais na minha mente, compreendi mais ainda a situação dela [refere-se à genitora] e a realidade limitada em opções que ela vivia.

Contudo, concordamos que um aspecto que merece reflexão refere-se à delimitação de uma idade mínima para efetivação da busca, como espontaneamente informou a entrevistada:

Ela me disse que esperou eu ter 30 anos, com a vida já encaminhada e a mente adulta. Quando ela me explicou o porquê da espera, eu só confirmei a inteligência da minha mãe biológica e a admirei muito por isso também. Fico imaginando como seria um encontro desse na minha mente adolescente confusa e imatura...agradeço por esse cuidado. (Beatriz, filha)

Cabe aqui apontar que a questão do desejo de busca por pessoas que vivenciam adoção inter-racial, como na situação analisada, pode apresentar aspectos próprios e se relacionar também com a necessidade de se conectar com outros que sejam da mesma etnia e possam contribuir para o desenvolvimento de sua identidade étnica (Godon et al., 2014). Essa postulação foi identificada no trecho destacado do discurso de Beatriz: *“Fui adotada por uma família branca e não me via em ninguém. Cresci em um mundo branco e sempre me sentia um peixe fora d’água.”*. Tal concepção encontrou também eco na percepção da mãe adotiva: *“Isso pra ela foi assim um alívio, ela conheceu a origem dela, acho que foi até bom ver pessoas parecidas com ela, né...”*. O sentimento enunciado por Beatriz é semelhante ao descrito por Godon et al. (2014) sobre alguns filhos, frutos de adoção internacional, se sentirem como estrangeiros, seja em seu país de origem seja em seu país de adoção.

Constatamos, portanto, que a realização do encontro no caso em estudo parece ter contribuído para a desconstrução de preocupações antigas da tríade

adotiva. Verificamos o quanto a presença do “outro-sujeito” foi fundamental para a efetivação desse fenômeno na fala da mãe adotiva, Catarina:

Eu tive medo durante muitos anos...só que aí [risos] com 30 e poucos anos apareceu [a genitora] ... aí eu tomei um susto! ...e aí eu voltei a sentir aquele medo que eu sentia quando ela era pequena. Mas aí, ela mesma falou pra mim: ‘mãe ninguém vai te tirar de mim, eu sou sua filha’. Ela mesma falou pra mim!

Parece-nos significativa a fala da filha dirigida à mãe por adoção, reafirmando o caráter permanente e sólido do vínculo materno-filial consolidado, mitigando a fantasia de que o vínculo entre elas seria desfeito a partir do estabelecimento de contato com a família de origem. Também houve para a genitora a percepção da experiência como extremamente positiva ao favorecer a assunção de uma nova postura em sua vida. A entrega da filha em adoção era um segredo na vida de Ana que, a partir do encontro, pôde ser compartilhado com seus outros filhos e sua rede familiar. Assim, questionada se havia acontecido alguma mudança em sua vida após encontrar a filha, respondeu sem nenhuma hesitação: *“Teve muita mudança! Porque eu era muito triste e me culpava sempre, sempre, e agora eu me sinto mais leve, sabe.”*.

Direito às origens e mediação pelo Poder Judiciário

Nessa categoria, abordamos a avaliação das participantes sobre a forma pela qual foram conduzidos os procedimentos no contexto do Poder Judiciário, que culminaram no contato entre mãe biológica, filha e mãe adotiva. Apesar de o Poder Judiciário ser responsável pela consolidação das adoções, não há uma sistematização sobre sua possível participação na efetivação das buscas. Na entrevista, a genitora, expôs: *“Se vocês não tivessem dado atenção ao caso, como ia ser? Como eu ia achar ela no meio da multidão?”* Essa fala remete-nos a um importante questionamento: a quem endereçar o pedido para efetuar um eventual contato posterior à adoção? Quer partindo do filho adotivo ou da família biológica, inexistente um protocolo ou procedimento explícito a ser seguido, já que a Lei declara especificamente o direito do adotado em acessar os Autos que trataram da sua adoção, mas deixa de mencionar qualquer desdobramento decorrente das informações porventura obtidas através do processo que concorreriam para a promoção do contato. Assim, embora o manejo técnico da situação não necessariamente precise ser explicitado em Lei, entendemos que a ausência de

previsão legal sobre a intervenção do Judiciário pode suscitar entendimentos diversos. Esse cenário favorece uma imprecisão na condução de iniciativas ligadas ao direito de acesso às origens.

A genitora nos informou que a possibilidade de recorrer ao Judiciário inicialmente não fez sentido para ela, que já havia tentado fazer a busca por outros meios, citando as redes sociais, telefonemas para instituições de acolhimento ou, ainda, por via de uma mulher que prometia encontrar pessoas desaparecidas: *“Eu nunca pensei em ir no Juizado de menor por causa da idade dela. Eu achava que não ia ter chance ali.”*. Na Vara da Infância, a genitora Ana declarou ter seguido todas as orientações que lhe foram fornecidas, as quais envolveram inúmeras visitas ao local, sentindo-se bem recebida. No entanto, percebeu a ausência de procedimentos padronizados, conforme se depreende em sua fala: *“Todo mundo ali foi legal. Foi muito bacana comigo. Uma pessoa virou para mim e disse: ‘olha só! Bota na mão de Deus para você encontrar sua filha’.”*

Em alguns países, como por exemplo Inglaterra e Estados Unidos, a possibilidade de estabelecimento de contato entre adotivos e família de origem na fase adulta é claramente legitimada. Nesse sentido, há disponibilização de informações sobre o assunto em sites oficiais governamentais com a previsão de um fluxo organizado, indicando órgãos de possível suporte para os interessados, o que ainda não observamos no Brasil em relação às adoções nacionais. Urge destacar que a ausência de procedimentos e protocolos contribui para a realização de contatos sem qualquer preparação prévia dos envolvidos, com possíveis consequências danosas frente à complexidade e imprevisibilidade de situações que podem surgir.

March (2014) aponta a necessidade de empreendermos mais estudos sobre o “território desconhecido” que pode envolver o estabelecimento de laços entre adotivos e família biológica a fim de oferecermos o necessário suporte aos envolvidos. Nesse sentido, concordamos com Nabinger e Chaves (2014) e Neil (2017) no que concerne à importância da preparação prévia para a busca. Neil (2017), após realização de ampla revisão bibliográfica sobre a questão do encontro, enfocando especificamente a família de origem, expõe a necessidade de avaliação de cada caso. Defende que os contatos entre as famílias adotiva e biológica precisam sempre ter um propósito, avaliando-se os possíveis benefícios para o adotado.

Assim, o caráter individualizado e dinâmico de tais situações é enfatizado, sendo essencial o oferecimento de apoio às famílias de origem quanto à tomada de decisão sobre realizar contato, enfocando o significado dessa ação para eles próprios, seus filhos e a família adotiva (Neil, 2017). Para Nabinger e Chaves (2014), é essencial a mediação em possível contato entre o adotado e membros de sua família biológica destacando que o intermediário deve dispor de conhecimentos sobre a temática da adoção, bem como acerca da legislação referente ao tema.

Os dados obtidos nas entrevistas que realizamos apontaram para a adequação da mediação do Poder Judiciário no caso. A mãe adotiva foi bastante enfática ao relatar sua maior segurança ao ser contatada por um órgão público, destacando que entendeu ser importante a possibilidade de o encontro vir a ser efetivado nas dependências da Vara da Infância:

Vocês [referindo-se ao Poder Judiciário] têm que estar no meio disso tudo, porque o processo começou por aí e vocês, estando envolvidos nesse reencontro, dá uma legalidade, aí evita abusos e evita muita coisa. Acho muito importante. (Catarina, mãe adotiva)

Ela mencionou ainda: *“Eu acho que, se tem o desejo de uma das partes, tem que se averiguar o da outra.”*, apontando para sua concordância com o procedimento realizado, que envolveu a consulta à filha acerca da demanda apresentada pela genitora.

O ECA (1989) prevê que os interessados em adotar participem de procedimentos específicos antes de serem incluídos no cadastro de adotantes. A ideia é que o processo de Habilitação para Adoção favoreça a construção de novos sentidos e significados para os pretendentes, apresentando-lhes algumas das especificidades da filiação adotiva (Peiter & Ghirardi, 2020). O momento da habilitação tem-se mostrado extremamente importante na preparação dos pais para a chegada dos seus filhos, observando-se que, entre outros aspectos, pode reduzir o quantitativo de pretendentes que poderiam procurar a adoção de forma alienada (Peiter & Ghirardi, 2020). Assim, de maneira análoga, entendemos que a busca de contato entre as famílias de origem e adotiva poderia ser antecedida de necessária preparação, onde também se procuraria favorecer novas aquisições de sentidos e significados para os envolvidos, desmistificando a busca como uma possível solução mágica e instantânea.

Por fim, observamos que as entrevistadas avaliaram sua experiência de forma positiva: *“Eu achei que no caso dela foi muito bom”* (mãe adotiva); *“Para mim, foi uma surpresa fantástica e fico muito grata a todos os envolvidos!”* (filha); *“Reencontrar o filho? Eu acho que vale a pena... muito. Muito mesmo, demais. Cara é muito bom. Você saber que seu filho tá ali. Agora eu sei que minha filha tá ali.”* (genitora). Nessa perspectiva, parece-nos essencial que as famílias possam ter interlocutores face às complexidades encontradas na temática do estabelecimento de contatos. Desta forma, no contexto brasileiro, o Judiciário constitui-se em espaço privilegiado para tal, considerando-se sua função de oficializar as adoções e o fato de possuir Equipe Técnica já sensibilizada e capacitada em relação às particularidades dessa forma de filiação. Além disso, é ele o guardião do processo judicial da adoção, que contém informações imprescindíveis em relação às circunstâncias da medida.

3.4. Considerações finais

O atendimento do caso descrito, envolvendo a demanda por parte da genitora, de estabelecer contato com a filha entregue voluntariamente em adoção, foi iniciado pela equipe da VIJI sob questionamentos técnicos e éticos, havendo insegurança quanto aos desdobramentos da intervenção. No entanto, a análise das entrevistas realizadas *a posteriori* apontou para a adequação da mediação do Poder Judiciário na efetivação do encontro, sobretudo, sob o ponto de vista da tríade adotiva.

As entrevistas com membros dos três vértices da tríade, realizadas quatro anos após o encontro entre a genitora e sua filha, revelaram que a intervenção técnica foi avaliada como uma experiência positiva. Entendemos que, do ponto de vista da genitora, o objetivo inicial da busca foi encontrar a criança que havia sido entregue, a qual nunca foi capaz de esquecer. Nossa hipótese é que houve uma tentativa de criar presença em uma parte de sua história de vida que se tornara *impresença*. Tal posição pôde fazer diferença na compreensão da filha em relação à própria vida, auxiliando-a na integração de aspectos de sua identidade e senso de pertencimento. Acreditamos que a mãe biológica, por meio do encontro, resgatou não somente alguém significativo, mas também um vínculo com aspectos dela mesma, em um processo similar ao que pode acontecer com os adotivos que experienciam esse contato. Também para os pais por adoção é possível que a experiência funcione

positivamente, como ficou explícito na narrativa da mãe adotiva participante, conseguindo mitigar o medo de perder a filha que funcionava como um fantasma na vivência de sua maternidade.

Entretanto, conforme apresentamos ao longo desse trabalho, ainda que esteja assegurado ao adotado o direito de conhecer suas origens, inexistem no Brasil procedimentos específicos quanto à possibilidade de estabelecimento de contatos posteriores entre os membros da tríade adotiva. Como resultado desse estudo, destacamos a viabilidade da mediação dessas situações pelo Poder Judiciário, considerando a presença da tríade adotiva na construção e manutenção dos vínculos por adoção. Todavia, há necessidade de algum tipo de normatização, com a organização de um fluxo próprio e parâmetros mínimos para sua efetivação, além da necessária sensibilização das Equipes Técnicas sobre o tema. A literatura estudada nos faz defender que existem grandes possibilidades de o contato funcionar de forma integrativa para os envolvidos, desde que aconteça com a necessária preparação e o devido acompanhamento. A inexistência de diretrizes pode expor os interessados a situações de maior suscetibilidade e insegurança frente a um contexto de extrema complexidade. Além disso, a ausência de preparação prévia e falta de avaliação especializada de todos os elementos no contexto do contato podem trazer repercussões que fragilizam os vínculos familiares, bem como desencadear sensação de exclusão, traição e segredo que, ao invés de contribuir, pode agravar as questões que motivaram a busca pelo encontro.

A literatura pesquisada não aponta um perfil específico dos adotados ou das famílias de origem mais propício à realização de buscas, sendo destacado que alguns podem não manifestar tal interesse. É importante frisar que a busca das origens não deve ser associada a um fracasso da adoção, mas encarado como uma das especificidades dessa forma de filiação. Assim, o temor dos pais adotivos em relação a um eventual contato precisa ser continuamente abordado e trabalhado.

Por fim, concluímos que o processo judicial funciona como um guardião de importantes informações sobre cada caso, sendo necessário extremo cuidado na forma como são realizados os registros acerca das situações atendidas, que passam a fazer parte dos Autos e poderão ser consultados pelas partes em momento posterior de suas vidas. Nesse sentido, as Varas da Infância, responsáveis pela regularização das adoções, precisam estar preparadas para receber as demandas em

questão. Desta forma, evitar-se-ia que os atendimentos pelos órgãos do sistema de Justiça pautem-se em escolhas pessoais dos técnicos envolvidos, fundamentando cada intervenção na ética do cuidado e do direito ao acesso às origens de uma forma mais ampliada, integrativa e fluida.

4. Conclusão

Conforme exposto ao longo deste trabalho, a busca pelas origens pode estar relacionada com a procura de informações adicionais sobre o contexto de vida anterior à adoção, bem como abranger a realização de algum tipo de contato com membros da família biológica. O direito às origens é assegurado por Lei, mas, ainda que nem todos os adotivos apresentem o desejo de efetivar um contato real com a família biológica, é urgente refletir sobre tal questão já que essa possibilidade se mostra relevante para um número significativo de adotados, especialmente após atingirem a maioridade. Apesar da pequena produção científica nacional enfocando o assunto, encontramos muitas publicações de estudos estrangeiros apontando que o contato pós-adoção, abrangendo filhos adotados na idade adulta, pode funcionar de forma integrativa para os envolvidos, inclusive pais biológicos e adotivos, constatação que também foi observada no presente estudo.

Nesse sentido, a percepção socialmente preponderante de que apenas os adotados que enfrentam dificuldades em suas famílias adotivas irão desejar contato com a família de nascimento precisa ser relativizada. Compreendemos ser essencial a mudança de perspectiva quanto à demanda de contato pós-adoção, que não deve ser representada como um fracasso dos vínculos adotivos construídos, mas entendida como uma particularidade desse laço. (Godon et al. 2014; Muller & Perry, 2001a, 2001b).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à importância da inclusão da tríade adotiva nos estudos relativos à adoção. Observamos que a maior parte dos trabalhos enfoca exclusivamente a perspectiva das famílias adotivas ou dos filhos adotados, sendo escassas as publicações em que a família biológica é também incluída. Na elaboração do presente estudo, constatamos a força da tríade adotiva e observamos o caráter de *impresença* (Pujet, 2015) marcando as relações da família de biológica com os demais membros da tríade, o que não deve, em absoluto, ser considerado como uma ausência. Assim, acreditamos ter sido significativo realizar as entrevistas trazendo os três vértices da tríade, viabilizando uma compreensão sistêmica sobre o fenômeno.

Na situação apresentada, a iniciativa em buscar o encontro partiu da genitora que havia realizado a entrega espontânea da filha em adoção, sem, no entanto, ter conseguido elaborar psiquicamente a situação, mesmo após transcorridos 30 anos. Há, ainda, a possibilidade de que o filho adotivo venha a manifestar interesse em acessar suas origens, conforme observamos em Long (2016), Luchese (2020) e Richardsson (2017). Defendemos que, em qualquer destas hipóteses, é necessária a oferta de escuta especializada e o constante aprimoramento dos procedimentos para que os pedidos de busca pelas origens sejam endereçados ao Poder Judiciário, tendo em vista sua função de intermediador das adoções e guardião do processo legal. Além disso, conta com Equipe Técnica disponível para intervir com o conhecimento e os cuidados necessários.

A realização desse estudo nos permitiu avaliar nosso posicionamento técnico e ético assumido na defesa pelo atendimento da demanda encaminhada à Equipe Técnica. Apesar de acreditarmos que o desfecho havia sido positivo, ainda assim pairavam dúvidas quanto aos desdobramentos decorrentes da intervenção promovida. O silêncio dos envolvidos, somado à ausência de informações sobre situações similares que pudessem ter sido atendidas em outras Varas, nos levou a imaginar sobre as repercussões dessa intervenção e refletir sobre nosso posicionamento em relação à situação. Hoje, é possível constatar que o acentuado volume de trabalho, implicando no contínuo recebimento de novos processos, com outras demandas e prazos a serem cumpridos, dificultou a necessária discussão sobre a complexidade e peculiaridades da intervenção realizada.

O trabalho com adoção envolve a implicação pessoal e profissional. Acreditar na possibilidade de construção de vínculos parento-filiais sem a existência de ligação biológica é fundamental. Mas acreditamos também essencial a atenção quanto às particularidades dessa configuração que envolve, inequivocamente, a triangulação com a família biológica. Após o aprofundamento dos estudos acerca do direito às origens, reconhecemos ter adquirido maior segurança profissional para a compreensão do assunto que ainda carrega conotação de tabu. Destacamos que, na situação em análise, houve cuidado da mãe adotiva em preservar referências positivas em relação à figura da genitora, o que nem sempre acontece. Nesse contexto, alguns aspectos apontados ao longo desse trabalho parecem-nos essenciais para serem levados à reflexão com os pretendentes à adoção e com

famílias adotivas, público que atendemos no grupo de apoio que coordenamos há 18 anos.

Apesar do caminho já percorrido na compreensão da adoção como forma legítima de filiação, é evidente a necessidade de contínua discussão sobre os vários aspectos envolvidos nesse instituto, incluindo protocolos operacionais. Nesse sentido, acreditamos que também os operadores do Direito e Equipes Técnicas podem contribuir e ampliar as reflexões do presente estudo. A ausência de ordenação dos procedimentos referentes à viabilização do direito às origens através do Judiciário quase impossibilitou o atendimento da situação em análise, que foi iniciado sob questionamentos técnicos e éticos, essencialmente frente à insegurança quanto aos desdobramentos da intervenção demandada. A discussão da situação pela Equipe Técnica atuante na Vara da Infância evidenciou a inexistência de um consenso sobre a postura a ser adotada diante do caso concreto apresentado não apenas pelo seu ineditismo, mas principalmente pela motivação para a busca ter partido da genitora. No entanto, depois das entrevistas com representantes dos três vértices da tríade adotiva, quatro anos após o contato estabelecido, é possível afirmar que os envolvidos avaliaram a experiência de forma positiva, entendendo como pertinente a mediação do Poder Judiciário na situação.

Observamos que a ausência de um fluxo definido aumenta o risco de os interessados recorrerem diretamente às redes sociais, o que entendemos como inadequado, especialmente pela carência de informações de cada envolvido sobre a outra parte. Nesse sentido, a presença de um mediador certamente favorece a organização das informações, possibilitando o oferecimento de suporte adequado, inclusive para verificar a concordância ou não das partes em relação ao estabelecimento de contato, condição para que seja promovido.

Assim, defendemos a organização de um fluxo protocolar específico de intervenção nas Varas com competência em infância, a fim de ser ofertado o necessário suporte aos envolvidos frente à complexidade da situação, que poderá mobilizar cada indivíduo de forma diversa com consequências inesperadas. Nesse cenário, entendemos ser essencial que a Justiça, tendo a função de formalizar as adoções, se organize para receber esse tipo de demanda, que poderá ser iniciada por qualquer um dos integrantes da tríade adotiva. A relevância da mediação do Poder Judiciário nas situações de busca pelas origens ganha destacado apoio nas ideias de

Benghozi (2001), que propõe a associação da intervenção jurídica às ações psicoterápicas ou sócio comunitárias, como mencionamos no segundo capítulo. De acordo com o autor: “O Tribunal toma parte ao assegurar ao humano uma função de memória, uma atualização ritualizada do testemunho” (Benghozi 2001, p.100).

Conforme apontamos ao longo do trabalho, é importante considerar que o encontro do adotado com membros de sua família de origem pode auxiliar na circulação de informações relevantes sobre sua história de vida, favorecendo o estabelecimento de uma transmissão psíquica intergeracional salutar. Por outro lado, a manutenção de segredos familiares, como por exemplo, a questão da entrega voluntária em adoção, pode evoluir para uma transmissão geracional de conteúdos precariamente simbolizados, não havendo espaço para expressar afetos tão presentes e dolorosos ligados ao exercício da parentalidade ou à sua desistência. Pudemos identificar isso na narrativa da genitora que mencionava recorrentemente a presença de culpa, da mentira e do desamparo, permeando a representação de seu exercício parental. A persistência de tais experiências emocionais é fruto da não elaboração que acaba por desencadear em uma transmissão psíquica transgeracional (Granjon, 2001). Sob esse aspecto, ressaltamos que o alcance da intervenção jurídica realizada, pôde inclusive abarcar os vínculos entre as gerações posteriores, tendo em vista que, ao interromper o segredo mantido por mais de 30 anos pela genitora, seus filhos, futuros netos e bisnetos já não estariam mais submetidos à transmissão psíquica geracional de uma dinâmica familiar permeada por não-ditos. Desta forma, configurou-se seu caráter preventivo em relação a traumas futuros, corroborando as ideias de Benghozi (2001) em relação à pertinência da intervenção jurídica.

Nesse contexto, destacamos os sete princípios fundamentais dispostos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, os quais devem pautar sua atuação, quais sejam: o respeito e a promoção da liberdade, da igualdade e da integridade do ser humano; a promoção da saúde e da qualidade de vida; a responsabilidade social; o desenvolvimento da Psicologia no campo teórico e prático; o acesso da população às informações sobre a ciência psicológica; o zelo pelo exercício digno da profissão; e a criticidade quanto às relações de poder (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Como nos ensina Benghozi (2005), a posição ética pode ser relacionada à nossa própria capacidade de indignação pois “isto exprime nossa capacidade de empatia

em relação à dignidade humana” (p.106). Desse modo, a avaliação dos envolvidos contribuiu para a constatação de que a condução do caso foi acertada na perspectiva ética e técnica, o que nos leva a sugerir que possa ser replicado nos casos de busca pelas origens, através da sistematização de procedimentos a serem adotados por todas as Varas com competência em adoção.

Assim, a partir da análise dos dados coletados, apresentamos as seguintes sugestões para os casos de demanda de pesquisa e/ou contato com as origens:

- Construção de um fluxo de procedimentos para orientações e suporte para a habilitação dos interessados ao acesso de suas origens ou estabelecimento de contato com família biológica. A intervenção visaria propiciar um espaço de reflexão acerca da motivação e expectativa quanto à busca, além de avaliar a pertinência quanto ao prosseguimento de ações específicas para a efetivação de possível contato frente a cada caso concreto. O procedimento ficaria a cargo da Equipe Técnica da Vara responsável pela adoção ou centralizado em uma unidade própria. Ele funcionaria à semelhança da habilitação para adoção, podendo ser iniciado pelo adotado, pela família adotiva ou biológica e envolvendo a todos os representantes dos três vértices da tríade adotiva, de acordo com as particularidades de cada situação.
- Sensibilização das Equipes Técnicas do Poder Judiciário para que façam constar em seus relatórios as informações pertinentes à criança e à sua família de origem, considerando que tais dados poderão ser acessados pelo adotivo em momento posterior de sua vida, ou mesmo servirão como fonte para que os pais adotivos transmitam ao filho esclarecimentos sobre suas origens.
- Inclusão dos grupos de apoio à adoção nas discussões sobre a temática, considerando sua importância na orientação, preparação e no acolhimento dos interessados, assim como na desmistificação da adoção.
- Elaboração de cartilha, divulgando alguns dos aspectos envolvidos na busca às origens e fornecendo orientações sobre o fluxo do procedimento.
- Divulgação de informações referentes à busca das origens em páginas na internet, orientando o interessado a recorrer ao Judiciário para solicitar o acesso aos Autos e acompanhamento da Equipe Técnica, evitando-se o uso das redes sociais de forma isolada e amadora com os riscos implicados.

- Realização de palestras e eventos abordando o tema da busca e acesso às origens e seus desdobramentos para favorecer a interlocução entre as universidades, operadores do Direito, Equipes Técnicas do Judiciário e grupos de apoio à adoção.

Por fim, enfatizamos a necessidade de ampliação do debate sobre a temática do direito às origens e contato pós-adoção, ouvindo mais pessoas que passaram por essa experiência e buscando traçar um panorama das práticas que se mostraram úteis para lidar com a situação. Entendemos que a postura de abordar o tema com naturalidade exagerada ou, no outro extremo, de enxergá-lo como um tabu, pode colocar a todos em situações de vulnerabilidade. Assim, sugerimos a realização de mais estudos brasileiros sobre a questão de modo a dar a ela a devida importância e dimensão sob os aspectos legais, psicológicos e sociais.

5. Referências

- Abreu, D. (2002). *No bico da Cegonha: histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- Anzieu, D. (1993). *O grupo e o Inconsciente: o imaginário grupal*, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, A. P. S. (2011) Mulher –monstro: violência contra a mulher que entrega o filho em adoção e a Lei 12.010/09. In *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, recuperado de <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Ana%20Paula.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Ed.70.
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Brodzinsky, D. (2011). Children's Understanding of Adoption: Developmental and Clinical Implications. *Professional Psychology: Research and Practice*. 42. 200-207 <https://doi.org/10.1037/a0022415>
- Benghozi, P. (2001). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crise e catástrofes humanitárias. In O.R. Correa (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp.17-43) São Paulo: ed. Escuta
- Benghozi, P. (2005). Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Psicologia Clínica*, 17(2), 101-109. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200008>
- Brinich, P. M. (1990). Adoption from the inside out: A psychoanalytic perspective. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (p. 42–61). Oxford University Press.
- Clapton, G. (2001) Birth Fathers' Lives after Adoption. *Adoption & Fostering* 25 (4): 50-59 DOI: 10.1177/030857590102500407
- Coimbra, J. C. (2013) O testemunho da busca das origens na adoção e os restos da memória [versão eletrônica] *Aletheia*, 3 (6), p. 12 recuperado em 31/10/2020 de https://www.researchgate.net/publication/300162148_O_testemunho_da_busca_das_origens_na_adocao_e_os_restos_da_memoria
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2019) *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Varas de Família*, Brasília, 2 ed.

- Decreto 99.710 (1990) promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, Brasília, recuperado em 31/10/2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm
- Faraj, S. P., Machado, M.S., Siqueira, A. C. & Campeol, A. R. (2017). “Doeu muito em mim!”: Vivência da entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 17(2), 475-493 <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37127>
- Finamori, S. & Silva, A. B. M. (2019). Identidade e pertencimento: Grupos de apoio à adoção e direito às origens. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (33), 295-317. Epub February 10, 2020. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.14.a>
- Fonseca, C. (2009). Abandono, adoção e anonimato: questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de "parto anônimo". *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (1), 30-62. Recuperado em 31/10/2020 de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2933/293322961003>
- Fonseca, C. (2010). O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. *Revista de Antropologia USP*, 53 (2), 493-526 <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.36434>
- Fonseca, C. (2012). Mães "abandonantes": Fragmentos de uma história silenciada. *Estudos Feministas*, v. 20, n.1, 13-32 <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100002>
- Fonseca, C. (2015). Pertencimento familiar e hierarquia de classe: Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas Narrativas de Adotados Brasileiros. *Áltera-Revista de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 9-36, jul./dez. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/26988/14295>
- Freud, S. (1909) *O romance familiar dos neuróticos*, in obras completas, Vol 09 – “Grävia” de Jensen e outros trabalhos (1906 – 1908) recuperado em <http://www.freudonline.com.br/livros/volume-09/vol-ix-11-romances-familiares-1909-1908>
- Granjon, E. (2001). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. B. R. Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17-43). São Paulo: Escuta.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2015). *Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico*, São Paulo: Primavera Editorial.
- Godon, D.E, Green, F. W & Ramsey, P.G. (2014). Transracial Adoptees: The Search for Birth Family and the Search for Self,. *Adoption Quarterly*, 17:1, 1-27 <https://doi.org/10.1080/10926755.2014.875087>
- Hamad, N. (2010). *Adoção e parentalidade: questões atuais*, Porto Alegre: CMC.

Jaskulski, L. C (2019). Janine Puget - Uma experiência conceitual (entrevista), *Percurso*, 63 (1) recuperado de http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=acervo&acao=ver&id_edicao=62

Koskinen, M.G & Böök M. L. (2019). Searching for the Self: Adult International Adoptees' Narratives of Their Search for and Reunion With Their Birth Families. *Adoption Quarterly*, 22:3, 219-246 DOI: 10.1080/10926755.2019.1627449.

Leão, F. E., Martins, B. M. C., Faraj, S. P. Siqueira, A. C., & Santos, S. S. (2014). Mulheres que entregam seus filhos para adoção: Um estudo documental. *Revista Subjetividades*, 14(2), 276-283 DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.14.2.276-283>

Lei Nº 8.069 (1990) Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências Brasília, recuperado em 31\10\2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei 12010 (2009) Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, recuperado em 31\10\2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

Lei 13509 (2017) Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), Brasília, recuperado em 31\10\2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm

Lei 8.594 (2019) institui o programa de orientação à entrega voluntária de bebês à adoção e dá outras providências. Rio de Janeiro, recuperado em 31\10\2020 de <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/775660143/lei-8594-19-rio-de-janeiro-rj>

Levy, L. & Pinho, P.G.R. (2003). Adoção em dois tempos *Revista Caderno de Estudos e Pesquisas – Psicologia*. 18, 29-35

Long, L. (2016). *Search and Reunion: Impacts and Outcomes*, ICAV, retrieved from <https://intercountryadopteevoices.com/wp-content/uploads/2016/07/search-and-reunion-icav-perspectives-july-2016-v12.pdf>

Luchese, A. (2020). *Vida de adotivo: A adoção do ponto de vista dos filhos*. Porto Alegre: Physalis Editora

- Machado, R. N, Féres-Carneiro, T., Magalhães, A, & Mello, R (2019). O mito de origem em famílias adotivas. *Psicologia USP*, 30, e160102. Epub March 21, 2019 <https://doi.org/10.1590/0103-6564e160102>
- March, K. (1997). The Dilemma of Adoption Reunion: Establishing Open Communication between Adoptees and Their Birth Mothers. *Family Relations*, 46(2), 99-105. doi:10.2307/585033
- March, K. (2014). Birth Mother Grief and the Challenge of Adoption Reunion Contact. *The American journal of orthopsychiatry*. 84. 409-419 <https://doi.org/10.1037/ort0000013>
- Menezes, K. F. F. L., & Dias, C. M. S. B. (2011). Mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes a doação. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(3), 933-960. Recuperado de em 31 de outubro de 2020 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011001300003&lng=pt&tlng=pt.
- Modell, J.S. (1994). *Kinship with Strangers: Adoption and Interpretations of Kinship in American Culture*, Oxford: University of California Press
- Motta, M. A. P. (2006). As mães que abandonam e as mães abandonadas. In Schettini Filho, L. & Schettini, S. M. (orgs.). *Adoção os vários lados dessa história* (pp15-46). Recife: Bagaço.
- Motta, M. A P. (2014) Das mães que entregam seus filhos em adoção: histórias de amor ou de horror? In Ladvocat, C. & Diuana, S. (orgs.) *Guia de Adoção: no Jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp 415-436) Rio de Janeiro: ed. Rocca.
- Müller, U. & Perry B. (2001a). Adopted Persons' Search for and Contact with Their Birth Parents I, *Adoption Quarterly*, 4:3, 5-37 DOI: 10.1300/J145v04n03_02
- Müller, U., & Perry, B. (2001b). Adopted persons' search for and contact with their birth parents II: Adoptee-birth parent contact. *Adoption Quarterly*, 4(3), 39-62 https://doi.org/10.1300/J145v04n03_03
- Nabinger, S. B. & Chaves, V. P. (2014). A origem, in Ladvocat, C. & Diuana, S. (org.) *Guia de Adoção: no Jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 617-627) Rio de Janeiro: ed. Rocca.
- Neil, E. (2017). *Helping birth parents in adoption: A literature review of birth parent support services, including supporting post adoption contact An expertise for the German Research Center on Adoption (EFZA)* retrieved from <https://www.semanticscholar.org/paper/Helping-birth-parents-in-adoption.-A-literatureofNeil/d89de180202bf0f0e11395ba73efb90fd3ba9731>
- Paulina, E., Ferreira, L., Bobato, S T. & Becker, A P B. (2018). Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais

adotantes. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 77-86.
recuperado em 31/10/2020
de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008&lng=pt&tlng=pt

Peiter, C. & Ghirardi, M.L.A.M. (2020). Preparar, adotar e filiar: tarefas possíveis, in Gomes, I.C(org.) *Adoção Pesquisa e Clínica*: São Paulo: Zagodoni

Puget, J.(2015). *Subjetivación discontinua y psicoanálisis. Incertidumbre y certezas*, 1a ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lugar Editorial

Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (2012), Brasília recuperado em 31/10/2020 de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

RESOLUÇÃO N.º 19/2019 (2019) Aprova o fluxo de recebimento e processamento dos pedidos de acesso às informações de origem biológica de que trata o artigo 48 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o artigo 30 da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993, encaminhados por pessoas adotadas em território nacional por residentes no exterior. Recuperado em https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/arquivos/resolucoes/resolucao-19_2019_portugues.pdf

Richardsson, C. (2017). *Nunca deixe de acreditar*. São Paulo: Novo Conceito Editora

Roy, A. (2020) *A for adoption: an exploration for adoption experience for families and professionals*. United Kingdom: Taylor & Francis Group

Schettini Filho, L. (2005). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) - Coordenadoria Judiciária de articulação das varas da Infância e Juventude e do Idoso (CEVIJ) (2017); *Entregar de forma legal é proteger* [cartilha] recuperado em <http://conhecimento.tjrj.jus.br/documents/5736540/6207821/cartilhaEntregar+%C3%A9+Proteger.pdf>

Weber, L. (2004). Os psicólogos e as práticas de adoção. In Gonçalves H. S e Brandão, E. P (org.) *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp 99-140) Rio de Janeiro, ed. Nau.

Weber, L N. D. & Pereira, C.L. (2014). O processo de revelação e a busca pelas origens biológicas in Ladvoat, C. & Diuana, S. (org.) *Guia de Adoção: no Jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 361-372) Rio de Janeiro: ed. Rocca.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso planejamento e métodos* (5ª edição) Porto Alegre

6. Anexos

6.1. Anexo I

FICHA BIOGRÁFICA

Local de nascimento: _____

Data de Nascimento: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Estado civil: _____

Com quem mora atualmente: _____

Número de filhos: _____

Outras informações que queira adicionar:

6.2. Anexo II

ROTEIRO OCULTO - ENTREVISTA COM A GENITORA

Eixo 1: motivação para efetivar o reencontro, existência de expectativas prévias quanto a um possível reencontro; repercussões do resgate do laço de filiação rompido.

Pergunta disparadora: Como e quando surgiu a ideia de reencontrar sua filha?

- Antes de procurar a vara da Infância, pensou em encontrá-la de outras formas?
- Como você imaginava o encontro? Existem as diferenças entre o que você imaginava e como de fato ocorreu?
- Contou para alguém sobre o encontro?
- Percebeu alguma mudança em você após o reencontro?
- Foi possível manter algum tipo vínculo?

Eixo 2: contexto do rompimento dos laços entre mãe e filho.

- Quais foram suas motivações para a decisão da entrega da criança em adoção?
- Como aconteceu a entrega da criança em adoção?
- Compartilhou com alguém essa decisão?
- Como foi sua vida depois da entrega?

Eixo 3: a mediação do Poder Judiciário no caso.

- Como você avalia a atuação dos diversos profissionais do Poder Judiciário?

6.3. Anexo III

ROTEIRO OCULTO – ENTREVISTA COM A MÃE

Eixo 1: existência de expectativas prévias quanto a um possível reencontro; repercussões do resgate dos laços rompidos.

Pergunta Disparadora: Como você se sentiu quando a Equipe Técnica informou sobre a possibilidade de sua filha reencontrar a mãe biológica?

- Como surgiu a ideia de sua participação no dia?
- Como foi o encontro? algo a surpreendeu?
- Alguma vez tinha imaginado a possibilidade de um encontro entre sua filha e a família de origem? como se sentia a esse respeito?
- Contou para alguém sobre o encontro?
- Percebeu alguma mudança em você após o reencontro?
- e em sua filha?
- e na relação entre vocês duas?

Eixo 2: contexto do estabelecimento dos laços entre mãe e filho.

- como surgiu a ideia de adoção?
- tinha algum medo em relação à adoção?
- o que imaginava sobre a família biológica?
- como foi sua vinculação com a criança?
- sua filha perguntava sobre sua família biológica? como eram as perguntas? ela tinha alguma curiosidade específica?

Eixo 3: a mediação do Poder Judiciário no caso.

- Como avalia a atuação do Poder Judiciário nos dois momentos?
- momento da adoção
- momento do encontro
- alguma recomendação para as pessoas que estão se preparando para adotar?

Existe alguma outra questão que ache importante abordar?

6.4. Anexo IV

Roteiro de perguntas enviado à filha

1- Como você se sentiu quando a Equipe Técnica informou sobre a possibilidade de reencontrar sua mãe biológica?

- Como foi o reencontro?
- Alguma vez tinha imaginado a possibilidade de reencontrá-la?
- Como você imaginava o encontro? Quais foram as diferenças entre o que você imaginava e como de fato ocorreu?
- Contou para alguém sobre o encontro?
- Percebeu alguma mudança em você após o reencontro?
- Foi possível manter algum tipo vínculo?

2- O que foi falado para você sobre suas origens? (Pela família e também durante o período que ficou no abrigo)

- Ao longo da sua vida como você pensava a sua história?

3- Como avalia a atuação dos diversos profissionais do Poder Judiciário?

6.5. Anexo V



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: Resgate às origens no contexto da adoção: demandas e experiência no judiciário

Mestranda: Patrícia Glycerio R. Pinho e-mail: patriciagrp@yahoo.com.br tel.: (21) 998582682

Orientadora: Prof.a Rebeca Nonato Machado e-mail: rebecamachado@puc-rio.br tel.: (21) 3527-1185 (PUC- Rio). **Endereço:** R. Marquês de São Vicente, 225 – Gávea, Rio de Janeiro – RJ, 22451-900

Contato da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio Telefone: (21)3527-1618. Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2o andar – Gávea – RJ

Prezado,

Gostaríamos de convidar você a participar, como voluntário, da pesquisa “Resgate às origens no contexto da adoção: demandas e experiência no judiciário” realizada pela linha de Família e Casal do Departamento de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, pretendemos investigar as motivações e dimensões do direito da família biológica de resgatar, nos casos de adoção, o laço de filiação rompido. Sua participação favorecerá que tenhamos acesso a informações sobre o tema de nosso estudo e, desta forma, contribuirá para oferecer subsídios a profissionais de diversas áreas, que poderão desenvolver práticas e outros estudos que auxiliem pessoas que passam por situações semelhantes.

Procedimentos

Trata-se de um estudo qualitativo, no qual utilizaremos duas fontes de dados: consulta aos Autos do processo X e seus apensos, no qual você é uma das partes e

entrevista gravada e, posteriormente, transcrita. Permanecerão sob a responsabilidade da pesquisadora os dados coletados, os quais serão armazenados em computador próprio, protegido por senha. Os dados serão mantidos somente em poder da pesquisadora, em local seguro e sigiloso, pelo prazo de cinco anos e depois destruídos.

Todas as informações têm caráter confidencial e sua identidade será mantida em sigilo durante e após a pesquisa. A confidencialidade se refere às informações de cunho pessoal bem como de terceiros citados por você. O pesquisador irá tratar a sua identidade de acordo com padrões profissionais de sigilo e privacidade. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Na entrevista, realizada em local combinado de acordo com as possibilidades dos sujeitos de modo a facilitar sua participação, abordaremos temas sobre sua história de vida e a ruptura dos laços biológicos entre mãe e filho. Conversaremos ainda sobre crenças e expectativas referentes à adoção e a participação da justiça na sua história. Tomaremos as precauções para que você se sinta o mais confortável possível, em um ambiente de privacidade e acolhimento; sem qualquer custo ou prejuízo.

Garantias

Sua participação é voluntária e você é livre para interromper a entrevista quando assim desejar, fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento. Você poderá ter todas as informações que quiser sobre a pesquisa e, caso solicite, será possível ter a posse dos dados originais da entrevista.

A participação nessa pesquisa pode apresentar riscos de possíveis constrangimentos e incômodos pela abordagem de determinadas questões e/ou lembranças. Para diminuir a chance de esses riscos acontecerem, ou em caso de qualquer descontentamento, a entrevista poderá ser interrompida a seu pedido e lhe será oferecido um momento para acolhimento de seus afetos pelo tempo que for necessário.

Para participar desse estudo você não terá custos, nem receberá qualquer vantagem financeira. Sua recusa em participar desta pesquisa não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Será possível contar com

orientação ou indicações de psicoterapia, após a participação na pesquisa, se precisar em algum momento de suporte psicológico.

Caso aceite participar do estudo assine as duas vias deste documento. Após assiná-las, uma ficará com a pesquisadora e outra será fornecida a você. Assinando este termo, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar, em ensino, pesquisa e publicação as informações constantes nos Autos do processo, bem como as prestadas na entrevista. Mesmo depois de assinado o termo, você terá liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo de qualquer natureza.

Assim, tendo lido os esclarecimentos sobre o estudo acima mencionado, ao assinar, você concorda em participar da pesquisa, declarando que lhe foi dada a oportunidade de ler e esclarecer questões necessárias. Qualquer dúvida posterior sobre os aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, (021) 3527- 1618.

Assinaturas

Participante:

Pesquisador:

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____